



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO - FACE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO SOCIAL E TRABALHO
PPGST

JOÃO BEZERRA RODRIGUES JUNIOR

PROGRAMA SOCIAL BERIMBAU DE AUTO-SUSTENTABILIDADE DA COSTA
DO SAUÍPE: AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NA COMUNIDADE DE PORTO DE
SAUÍPE

Brasília - DF
2006

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO - FACE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO SOCIAL E TRABALHO
PPGST

JOÃO BEZERRA RODRIGUES JUNIOR

PROGRAMA SOCIAL BERIMBAU DE AUTO-SUSTENTABILIDADE DA COSTA
DO SAUÍPE: AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NA COMUNIDADE DE PORTO DE
SAUÍPE

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Social e Trabalho da Universidade de Brasília, para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Suzana Maria Valle Lima

Brasília - DF
2006

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO - FACE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO SOCIAL E TRABALHO
PPGST

PROGRAMA SOCIAL BERIMBAU DE AUTO-SUSTENTABILIDADE DA COSTA
DO SAUÍPE: AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NA COMUNIDADE DE PORTO DE
SAUÍPE

JOÃO BEZERRA RODRIGUES JUNIOR

Dissertação de Mestrado submetida à Comissão Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Gestão Social e Trabalho da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação – FACE, da Universidade de Brasília, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Gestão Social e Trabalho.

Aprovada por:

Prof^ª. Doutora Suzana Maria Valle Lima

Orientadora

Programa de Pós-Graduação em Gestão Social e Trabalho - PPGST

Prof. Doutor Antônio Maria Gomes de Castro

Programa de Pós-Graduação em Gestão Social e Trabalho - PPGST

Prof^ª. Doutora Jeni Vaitsman

Diretora de Avaliação e Monitoramento

Secretaria de Avaliação de Gestão da Informação

Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Brasília, junho de 2006

*À minha querida mãe, Maria Alice Rafael,
que, com certeza, seria a pessoa mais feliz com esta realização,
dedico todo este trabalho.
Que estejas sempre com Deus.*

AGRADECIMENTOS

Até o momento esta foi a maior empreitada de minha vida e, também, a maior realização. No entanto, para que o sonho de ser mestre se concretizasse, gostaria de agradecer a muitas pessoas, pelo apoio, paciência, confiança e torcida.

Aos meus amigos do Banco, Zimmer, Roque Tadeu, Jandyra Pacheco, Elda Madruga e Ricardinho.

Aos meus amigos, João Flávio, Andréa Pessoa, Michelline e Ailza.

À minha irmã Odete, por ter acreditado em mim desde o início de minha jornada escolar.

A todos os meus colegas de mestrado, em especial Jorge Streit e Laura Macedo, pela ajuda e força nos momentos difíceis dessa trajetória.

À minha orientadora Professora Suzana.

Ao nosso querido Coordenador Professor Tomás, e

À voz de Nina Simone, companheira das longas noites de estudo.

Por fim, agradeço a todos que contribuíram para realização desse sonho

Que Deus os abençoe.

Muito Obrigado!

“É necessária uma combinação viável entre economia e ecologia, pois as ciências naturais podem descrever o que é preciso para um mundo sustentável, mas compete às ciências sociais a articulação das estratégias de transição rumo a este caminho”.

Ignacy Sachs

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo avaliar o impacto do Programa Social Berimbau de Auto-Sustentabilidade da Costa do Sauípe na comunidade de Porto de Sauípe. O enfoque principal foi dado para a avaliação de impacto das ações de responsabilidade socioambiental da indústria turística, especificamente do Empreendimento Turístico Hoteleiro da Costa do Sauípe que, em parceria com a Fundação Banco do Brasil, idealizou e implementou o programa, com o intuito de mitigar os impactos socioambientais causados por sua instalação nas comunidades do seu entorno. Para a pesquisa de avaliação de impacto do programa, adotou-se uma postura investigativa de cunho qualitativo, utilizando-se os seguintes instrumentos de investigação: análise documental, realização de entrevistas semi-estruturadas e aplicação de questionários. Como universo representativo das populações tradicionais impactadas, foi escolhida a comunidade de Porto de Sauípe, por ser considerada a que mais sofreu transformações socioambientais provenientes da construção do empreendimento e que, conseqüentemente, apresenta maior desequilíbrio entre as dimensões: econômica, social e ambiental. O estudo permite concluir como positivo os resultados das intervenções causadas pelos projetos do programa, principalmente nas dimensões de geração de emprego e renda e de inclusão social. A legitimação do empreendimento pela população impactada é também fator de destaque

Palavras-Chave: Ecoturismo - Impacto do Ecoturismo – Avaliação de Projetos Sociais.

ABSTRACT

This work aims to evaluate the impact of the social program named Berimbau, developed at the Sauípe coast in the Porto do Sauípe community. The main focus was given to evaluation of a program with the purpose of mitigating the socio-environmental impacts caused by the installation of a tourism complex in the communities around it. The program evaluation was done following a qualitative approach, and from the perspective of its beneficiaries. This evaluation encompassed semi-structured interviews and questionnaires, related to the program and its beneficiaries in the community of Porto do Sauípe. This community was chosen because it was the one most impacted (both socially and environmentally) by the tourism complex. The research indicated that the program interventions are positive, mainly in the dimensions of job generation and income, and social inclusion. The program legitimation by the impacted population is another prominent factor.

Keywords: Ecotourism – Ecotourism Impact – Evaluation of Social Projects.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Modelo do impacto do Programa Berimbau	28
Figura 2. Mapa das Zonas Turísticas do Estado da Bahia.....	39

LISTA DE FOTOS

Foto 1. Rodovia de acesso a Porto de Sauípe	46
Foto 2. Rua principal de Porto de Sauípe	46
Foto 3. Construção desordenada em Porto do Sauípe	47
Foto 4. Progresso (antena parabólica e TV a cabo).....	47

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo.....	24
Quadro 2. Definição da categoria “implementação do programa”, relação com os temas, conteúdos verbalizados e notas de campo	73
Quadro 3. Definição da categoria “inclusão social”, relação com os temas, conteúdos verbalizados e notas de campo.....	74
Quadro 4. Definição da categoria “impacto ambiental”, relação com os temas, conteúdos verbalizados e notas de campo	76
Quadro 5. Definição da categoria “incentivo ao cooperativismo e ao associativismo”, relação com os temas, conteúdos verbalizados e notas de campo.....	77
Quadro 6. Definição da categoria “renda”, relação com os temas, conteúdos verbalizados e notas de campo.....	79
Quadro 7. Definição da categoria “cultura”, relação com os temas, conteúdos verbalizados e notas de campo	81
Quadro 8. Definição da categoria “qualidade de vida”, relação com os temas, conteúdos verbalizados e notas de campo.....	82

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Distribuição percentual da frequência das categorias.....	72
Tabela 2. Distribuição percentual por faixa etária.....	84
Tabela 3. Distribuição por grau de escolaridade.....	85
Tabela 4. Distribuição da fonte de renda familiar.....	86
Tabela 5. Percepção de alteração da renda após participação nos projetos.....	87
Tabela 6. Percepção da melhoria nas atividades do trabalho depois do ingresso nos projetos do Programa Berimbau	88
Tabela 7. Percepção sobre a melhoria da alimentação proveniente da participação no Programa Berimbau	88
Tabela 8. Percepção sobre a melhoria da saúde proveniente da participação no Programa Berimbau.....	89
Tabela 9. Percepção sobre alteração do lazer proveniente da participação no Programa.....	90
Tabela 10. Percepção sobre o interesse dos jovens da comunidade na preservação da cultura local através do “Samba de Roda” promovidas pelo Programa	90
Tabela 11. Percepção sobre a qualidade do artesanato típico da região com a inauguração da sede da APSA.....	91
Tabela 12. Percepção sobre a contribuição do Programa Berimbau na melhoria da qualidade de vida da comunidade de Porto de Sauípe.....	92

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAPS	Associação dos Artesãos de Porto de Sauípe
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
APA	Área de Proteção Ambiental
BA	(Rodovia Estadual)
BAHIATURSA	Empresa de Turismo da Bahia S.A.
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
CBTS	Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável
CETUR	Conselho Estadual de Turismo
CMDS	Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável
CNO	Construtora Norberto Odebrecht
CNUMAH	Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano
COELBA	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
COPEC	Complexo Petroquímico de Camaçari
CRA	Centro de Recursos Ambientais do Estado da Bahia
DFLN	Distrito Florestal do Litoral Norte
ECO – 92	Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano
Ed.	Edição
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EMBASA	Empresa Baiana de Água e Saneamento
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
ETHOS	Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
EMTUR	Empreendimentos Turísticos da Bahia
FACE	Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação
FBB	Fundação Banco do Brasil
Fig.	Figura
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IH	Instituto de Hospitalidade

IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Km	Quilômetro
Km²	Quilômetro quadrado
m	Metro
NBR	Norma Brasileira Registrada
Nº.	Número
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
Org.	Organizador
PCTS	Programa de Certificação do Turismo Sustentável
PETROBRAS	Petróleo do Brasil S.A.
PIB	Produto Interno Bruto
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PROCON	Procuradoria do Consumidor
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Estado da Bahia
PLANTUR	Plano Nacional do Turismo
PREVI	Fundo de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil S.A
RIMA	Relatório de Impacto do Meio Ambiente
S.A.	Sociedade Anônima
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
Tab.	Tabela
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UnB	Universidade de Brasília
UNCED	United Nations Conference on Environment and Development (Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento).
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura)
WBCSD	World Business Council for Sustainable Development
WTO	World Tourism Organization
WTTC	World Travel and Tourism Council

SUMÁRIO

RESUMO.....	VI
ABSTRACT.....	VII
LISTAS DE FIGURAS.....	VIII
LISTA DE FOTOS.....	VIII
LISTAS DE QUADROS.....	VIII
LISTA TABELAS.....	IX
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	X
1 – INTRODUÇÃO.....	01
2 – REFERENCIAL TEÓRICO	
2.1 – Do Crescimento ao Desenvolvimento Sustentável.....	09
2.2 – A Responsabilidade Socioambiental Empresarial e o Desenvolvimento Sustentável.....	14
2.3 – A Indústria Turística e o Desenvolvimento Sustentável: do Turismo Ecológico ao Ecoturismo.....	17
2.4 – A Sustentabilidade da Indústria Turística.....	26
2.5 – Avaliação de Projetos Sociais.....	29
3 – LITORAL NORTE DA BAHIA.....	35
3.1 – A Atividade Turística no Estado da Bahia e sua Influência no Litoral Norte.....	37
4 – O COMPLEXO TURÍSTICO-HOTELEIRO DA COSTA DO SAUÍPE.....	42
5 – TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E AMBIENTAIS EM PORTO DE SAUÍPE.....	46
6 – PROGRAMA BERIMBAU DE AUTO-SUSTENTABILIDADE DA COSTA DO SAUÍPE.....	50
6.1 – Ações do Programa Berimbau na comunidade de Porto de Sauípe.....	54
7 – METODOLOGIA	61
7.1 – Características da Pesquisa.....	61

7.2 – População Pesquisada.....	64
7.3 – Procedimentos de Coleta e Registro de dados.....	66
7.4 – Tratamento dos Dados.....	68
7.4.1 – Dados obtidos nas entrevistas.....	69
7.4.2 – Dados obtidos na aplicação dos questionários.....	70
8 – RESULTADOS.....	71
8.1 – A Percepção dos Entrevistados sobre o Programa Berimbau.....	71
8.1.1 – Implementação e Legitimação do Programa.....	72
8.1.2 – Inclusão Social.....	74
8.1.3 – Impacto Ambiental.....	75
8.1.4 – Incentivo ao Cooperativismo e ao Associativismo.....	77
8.1.5 – Renda.....	78
8.1.6 – Cultura.....	80
8.1.7 – Qualidade de Vida.....	81
8.2 – Resultados do “Survey”	83
8.2.1 – Características da Amostra.....	83
8.2.2 – Indicadores de Impacto do Programa Berimbau.....	85
9 – CONCLUSÕES.....	93
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	99
ANEXOS.....	105
Anexo 1 – Roteiro de entrevista.....	106
Anexo 2 – Questionário para entrevista.....	108

INTRODUÇÃO

A região litorânea norte do Estado da Bahia sofreu acentuado processo de transformação socioeconômica, cultural e ambiental nos últimos trinta anos. Esse fenômeno começa a ser observado em 1972, com o início da instalação do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), no município de mesmo nome, pela Petróleo do Brasil S.A. (PETROBRAS). Sua instalação possibilitou a inserção de várias atividades econômicas na região, mas causou, em contrapartida, diversas disfunções que impactaram diretamente no meio ambiente e no tecido social das comunidades tradicionais circunvizinhas à refinaria de petróleo.

Os impactos dessa nova atividade econômica se fizeram sentir amplamente no espaço regional, produzindo mudanças no mercado de trabalho, com a geração de novos empregos industriais; surgimento de segmentos médios, alterando a composição social tradicional da região; impactos na urbanização e na estruturação urbana; encarecimento de produtos e serviços nas cidades, afetando a população não absorvida na atividade de extração; aumento da circulação de moedas, e por fim a ampliação do comércio (BAHIA, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI, 2003, p.172).

Com a crise do petróleo, ainda na década de 70, devido à sua elevada cotação no mercado internacional, surge a necessidade de investimentos em outras fontes de energia. O reflorestamento é então introduzido na região para a exploração de madeira e a produção de carvão vegetal. Em 1976 é criado o Distrito Florestal do Litoral Norte (DFLN), que abrange uma área de 763.000 hectares, destinados à plantação de *pinus* e eucalipto. Observa-se, assim, novo impacto socioambiental nas populações tradicionais do Litoral Norte. A substituição da cultura de subsistência pela de silvicultura proporcionou uma nova identidade e uma nova estrutura ocupacional à região (SILVA, 2003, p.27).

Esse reflorestamento trouxe impactos significativos à vida socioeconômica regional. Concentrou ainda mais a propriedade da terra (uma vez que eram necessárias extensas áreas), acentuou o predomínio da monocultura (na década de 1970 a produção agrícola regional era pouco significativa em relação ao total do Estado), e, por fim, transformou os então pequenos proprietários, de um modo geral, em bóias-frias, assalariados rurais, biscateiros ou desempregados, que terminaram por emigrar para as periferias das cidades da região (BAHIA, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI, 2003, p.173).

O desenvolvimento da extração de madeira no Distrito Florestal do Litoral Norte foi alavancado com políticas de subsídios fiscais do governo estadual, e despertou o interesse de empresas do Sul e do Sudeste, para a exploração da atividade madeireira não como fonte de energia, mas como fonte de matéria-prima para a indústria de celulose.

Concomitantemente a esses movimentos, começa a ser explorada no cenário baiano outra atividade que despontou como a alternativa para o crescimento econômico da região: o turismo. A falta de acessibilidade e a precariedade dos serviços nos municípios, durante os últimos vinte anos, mantiveram a Região Norte praticamente isolada e, quando explorada, apenas para o turismo de veraneio e as excursões de curta duração para uma clientela microrregional ou regional (SILVA, 2003, p.28).

Para a viabilização do desenvolvimento da atividade turística no Litoral Norte, o Governo do Estado da Bahia, por meio da BAHIATURSA,¹ seu órgão estratégico de formulação de políticas para o turismo, incluiu o Litoral Norte no Programa de Desenvolvimento Turístico do Estado. Diversas ações de públicas foram implementadas para o alcance do objetivo, das quais podemos citar três que se relacionam diretamente com o nosso objeto de estudo. São elas:

¹ BAHIATURSA (Empresa de Turismo da Bahia S.A.): é o órgão oficial de turismo da Bahia. A empresa é responsável pela coordenação e pela execução de políticas de promoção, fomento e desenvolvimento do turismo no estado, de acordo com as diretrizes governamentais. Atuando junto a órgãos e entidades da administração pública estadual e federal, bem como em parceria com entidades privadas, a Bahiatursa tem um papel central na promoção e no desenvolvimento responsável e sustentável de áreas de interesse turístico, valorizando e preservando o patrimônio natural e cultural do estado, sempre com foco no desenvolvimento econômico e social das comunidades e no respeito aos direitos humanos. (<http://www.bahiatursa.ba.gov.br/> acessado em 02.01.2006).

- instituição do Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR), Portaria nº 01, de 29.11.1991, em ação conjunta da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) com o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR). O programa abrange nove estados nordestinos e tem como finalidade ordenar o desenvolvimento do turismo em toda a Região Nordeste, incluindo o Estado de Minas Gerais;
- construção da Linha Verde (rodovia BA-099), com 142 quilômetros de extensão; e
- criação da Área de Preservação Ambiental (APA²) Litoral Norte, pelo Decreto nº 1.046 de 17.03.92, que abrange os municípios de Jandaíra, Esplanada, Conde, Entre Rios e Mata de São João, com uma extensão de 142.000 hectares. Sua criação foi fundamentada pela necessidade de conservar e preservar os espécimes vegetais remanescentes da Mata Atlântica, as áreas estuarinas, as restingas, as dunas e as lagoas. Seu Plano de Manejo orienta a ocupação e a utilização ordenada do solo, favorecendo o desenvolvimento das atividades socioeconômicas, como o turismo, o lazer, a habitação, a pesca, o reflorestamento, a pecuária, e a fruticultura, entre outras, seguindo exigências para o desenvolvimento sustentável.

Com a inauguração da Linha Verde em 1993, que prolongou a Estrada do Coco de Açu da Torre até Itanhi, no município de Jandaíra, limítrofe com Sergipe, foi aberto, definitivamente, para exploração turística de massa, o Litoral Norte Baiano. A Linha Verde tornou-se o principal fator de transformação do crescimento econômico advindo da atividade

² APA (Área de Proteção Ambiental) – Unidade de Conservação destinada a proteger e a conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais ali existentes, visando à melhoria da qualidade de vida da população local e também objetivando a proteção dos ecossistemas. Resolução/Conama/nº. 010, de 14 de dezembro de 1988, publicada no Diário Oficial da União de 11/08/1989, Seção II, p. 13.660.

turística, que - apesar de ser considerada como a “indústria sem chaminé” - produz forte impacto socioambiental nos ecossistemas e modificações no contexto socioeconômico e cultural da região, detentora dos atrativos turísticos por ela explorados.

Rapidamente a exploração turística consolidou-se como a principal atividade econômica para o desenvolvimento da região; por outro lado, e ao contrário do que legislava o Plano de Manejo da APA Litoral Norte, a promessa de sustentabilidade socioeconômica e ambiental para a região não se mostrou efetiva, aumentando cada vez mais a pressão sobre os recursos ambientais e as ameaças às populações locais (FBB, 2001). Esses impactos socioambientais foram observados em áreas que, até então, eram caracterizadas pelo seu isolamento natural.

Neste cenário e dentro da área de preservação ambiental, no município de Mata de São João, foi construído o Complexo Turístico-Hoteleiro da Costa do Sauípe. Em estilo *resort*, o empreendimento abrange uma área de 160 hectares, possui infra-estrutura hoteleira com 1.650 unidades habitacionais e oferece grande variedade de serviços e atividades de lazer para uma clientela sofisticada, sobretudo de turistas internacionais. Sua sustentabilidade econômica advém, principalmente, da exploração segregada de atividades de ecoturismo. O investimento, segundo Silva (2003), ultrapassa a casa dos R\$ 450 milhões, tornando, assim, o empreendimento o maior complexo turístico já construído no Brasil. Em sua circunvizinhança estão localizadas as comunidades Praia do Forte, Imbassaí, Diogo, Santo Antônio, Barra do Sauípe e Porto de Sauípe.

A implantação do empreendimento causou impacto nas comunidades locais, pois originou e agravou uma série de problemas sociais, culturais, econômicos, ambientais e demográficos. Segundo Gomes (2000), a atividade turística gera renda, divisas e emprego, mas por outro lado, se for mal planejada, pode causar declínio do lugar turístico, desemprego, confronto intercultural, degradação da cultura local e do meio ambiente.

Atenta a essa realidade e com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da região, preservar o meio ambiente e legitimar sua imagem junto aos seus públicos de interesses, a Sauípe S.A., administradora do empreendimento Costa do Sauípe, uniu-se com a Fundação Banco do Brasil e com outros parceiros, para desenvolver um programa de inclusão social e geração de renda denominado Programa Social Berimbau de Auto-Sustentabilidade da Costa do Sauípe. O programa consiste no desenvolvimento de um conjunto de projetos e ações sociais com o objetivo principal de mitigar os impactos negativos causados pelo empreendimento turístico hoteleiro nas comunidades tradicionais localizadas em sua circunvizinhança.

Para tanto, no processo de elaboração dos projetos, o programa se propõe a analisar e priorizar suas ações de acordo com a percepção das comunidades, respeitando, para sua execução, a vocação, a potencialidade e a capacidade técnica operacional de cada uma delas. As ações de auto-sustentabilidade coordenadas pelo Projeto Berimbau de Auto-Sustentabilidade da Costa do Sauípe abordam problemas sociais em sua base estrutural e buscam incorporar o conceito de desenvolvimento comunitário integrado e sustentável, com o propósito de gerar emprego e renda e proporcionar às populações tradicionais acesso às benesses trazidas pelo desenvolvimento econômico da região.

Os empreendedores, mediante a implementação dos projetos do programa, buscam promover a sustentabilidade socioambiental no entorno do complexo e a integração da força de trabalho local de forma a complementar o processo de reprodução social das famílias, incentivar formas alternativas de combater a total dependência das comunidades em relação ao mercado turístico e, finalmente, "preservar o universo simbólico que dá significado as práticas sociais, pois a cultura que não se sustenta no passado, tem impreterivelmente o presente fragilizado, decretado por modismos e tendências de mercado" (FBB, 2001, p.11).

A presente pesquisa teve como objetivo responder a seguinte pergunta:

“Até que ponto os projetos do Programa Social Berimbau de Auto-Sustentabilidade da Costa do Sauípe atingiram seus objetivos de inclusão social e redução do impacto socioambiental causado pelo empreendimento turístico-hoteleiro Costa do Sauípe na comunidade de Porto de Sauípe?”

Dessa forma, a partir de uma pesquisa exploratória do programa, foi feito um estudo do processo de implementação e dos resultados alcançados nas dimensões socioculturais, econômicas e ambientais do local. A comunidade de Porto de Sauípe, localizada no entorno do Complexo Turístico-Hoteleiro da Costa do Sauípe, foi escolhida como universo a ser estudado, por ter sido a mais impactada com a construção e o funcionamento do complexo.

Com o objetivo de responder à referida pergunta da pesquisa, foram identificados e analisados, como parte do processo investigativo, os seguintes questionamentos específicos:

- se os procedimentos de implementação do Programa Berimbau de Auto-Sustentabilidade da Costa do Sauípe, na comunidade de Porto de Sauípe, foram participativos, com a observação das habilidades locais, da cultura e do impacto ambiental;
- se os projetos do Programa Social Berimbau de Auto-Sustentabilidade da Costa do Sauípe, implementados na comunidade de Porto de Sauípe, alcançaram os objetivos de inclusão social e geração de renda; e
- se a percepção dos *stakeholders*³ com os resultados dos projetos implantados na comunidade de Porto de Sauípe, por meio do Programa Social Berimbau de Auto-Sustentabilidade da Costa do Sauípe, é positiva.

A relevância social do estudo se encontra no fato de que há um crescente

³ *Stakeholder* de uma organização são todos aqueles grupos sociais que possuem interesse e/ou influência sobre a ação ou rumos organizacionais. São conhecidos também como grupos de interesse ou atores sociais (CASTRO; LIMA, BORGES-ANDRADE, 2005, p.58).

envolvimento da sociedade com as questões socioambientais, e isso tem exigido da indústria turística um novo tipo de qualidade que esteja atrelado não apenas ao de seus serviços prestados, mas, fundamentalmente, à responsabilidade de conservação ambiental dos sítios naturais e à auto-sustentabilidade das comunidades tradicionais integradas aos empreendimentos.

A responsabilidade socioambiental das empresas começa com o dever destas em cumprir com suas obrigações legais. Todavia a noção de responsabilidade ultrapassa a via legal expressa e vai em direção da fixação da imagem da empresa e do seu produto no mercado. [...] A sociedade poderá, pois, utilizar-se de normas não jurídicas para regular a ação de uma empresa e, até mesmo, a sobrevivência de um produto (LOPO NETO, 2003, p.15).

A relevância do estudo pôde ser ressaltada pela importância dos processos avaliativos no levantamento de subsídios para a gestão dos projetos. Para Aguiar (1995), o melhor sentido da avaliação é a sua utilização na melhoria dos processos e o aprimoramento do conhecimento para planejamentos futuros. Pontua-se também, a possibilidade de contribuir para o êxito do Programa Berimbau, ao indicar seus acertos e as áreas em que pode melhorar, e oferecer e testar essa metodologia para avaliação de impacto em outras localidades que apresentem características semelhantes.

Esta dissertação está estruturada em nove capítulos, cujo conteúdo é apresentado a seguir:

O capítulo um descreve o universo onde a pesquisa foi desenvolvida, os objetivos, a justificativa e a relevância do estudo.

O capítulo dois descreve o surgimento e a evolução do conceito de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, direcionado para o estabelecimento de uma nova relação entre economia, sociedade e meio ambiente. Nesse cruzamento insere-se o crescimento da indústria do turismo e o surgimento do conceito de turismo ecológico como atividade econômica que se

baliza nos princípios da sustentabilidade. A importância da responsabilidade socioambiental das empresas também é abordada neste capítulo, com ênfase na avaliação de projetos sociais como instrumento favorável para a legitimação das empresas junto aos seus públicos de interesse – *stakeholders*.

O capítulo três descreve os aspectos físicos e populacionais do litoral norte da Bahia, seu histórico processo de ocupação; a criação da área de proteção ambiental (APA) Litoral Norte; e o impacto da inserção das novas atividades econômicas, principalmente as do turismo, com a instalação, na região, de grandes empreendimentos.

O capítulo quatro descreve o processo de implementação do Complexo Turístico Hoteleiro da Costa do Sauípe.

O capítulo cinco descreve as transformações socioeconômicas e ambientais ocorridas na comunidade de Porto de Sauípe devido à instalação do empreendimento turístico.

O capítulo seis descreve a concepção e a implementação do Programa Social Berimbau de Auto-Sustentabilidade da Costa do Sauípe como agente impulsor do desenvolvimento sustentável da microrregião onde está inserido o empreendimento.

O capítulo sete descreve os procedimentos metodológicos utilizados na realização da pesquisa.

O capítulo oito descreve os resultados das pesquisas de campo realizadas na comunidade de Porto de Sauípe, para avaliação dos impactos socioambientais resultantes da implementação do Programa Berimbau.

O capítulo nove apresenta as conclusões da pesquisa. Sem a pretensão de apresentar um resultado definitivo e estanque, o autor procura resgatar a necessidade de se refletir o desenvolvimento sustentável e a indústria turística de novos ângulos de observação que a dinâmica social e econômica sinaliza.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DO CRESCIMENTO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A partir do início da década de 60, começa a discussão, em âmbito internacional, sobre os riscos da degradação e da exploração do meio ambiente. A preocupação surge pelos sinais de esgotamento dos recursos naturais advindos de sua exploração. “O ser humano se distanciou de tal forma da natureza que passou a encará-la não mais como um todo em equilíbrio, mas como uma gama de recursos disponíveis, capazes de serem transformados em bens consumíveis” (SILVA, 2003, p.7).

Em 1972, Dennis Meadows e os pesquisadores do “Clube de Roma” publicaram o estudo intitulado “Limites do Crescimento”, no qual as previsões para o futuro do planeta eram catastróficas. Se fossem mantidos os níveis de industrialização, poluição, produção de alimentos e exploração dos recursos naturais, ao final do século XX o limite de desenvolvimento do planeta seria atingido completamente, provocando diminuição da população mundial e da capacidade econômica.

Como consequência da publicação desse estudo, surgiram duas correntes de pensamento com posições diametralmente opostas. O primeiro grupo, conhecido como *the cornucopians*, não considerava os recursos naturais, em longo prazo, um limite à expansão econômica, previa a abundância e desconsiderava as preocupações com o meio ambiente, pois nada poderia impedir o crescimento da economia dos países desenvolvidos, ao contrário:

a prioridade deveria ser dada à aceleração do crescimento. As externalidades produzidas nesse rumo poderiam ser neutralizadas posteriormente, quando os países em desenvolvimento atingissem o nível de renda *per capita* dos países desenvolvidos.[...] soluções técnicas sempre poderiam ser concebidas

para garantir a continuidade do progresso material das sociedades humanas (SACHS, 2002, p.51).

Em outras palavras, para *the cornucopians*, os recursos naturais eram vistos como suficientemente grandes para que não se tornassem uma limitação à expansão econômica, mas apenas uma restrição com possibilidade de superação indefinida pelo progresso científico e tecnológico.

O segundo grupo, os catastrofistas (*doomsayers*), pressupunha que a sustentabilidade do sistema não seria possível sem a estabilização dos níveis de consumo e a compatibilização da transformação dos recursos naturais com a capacidade de carga do planeta. Suas previsões eram alarmantes e sugeriam a paralisação imediata do crescimento econômico e populacional.

Caso o crescimento demográfico e econômico – ou pelo menos o crescimento de consumo - não fossem imediatamente estagnados, ao final do século a humanidade poderia encarar a triste alternativa de ter que escolher entre o desaparecimento em consequência da exaustão dos recursos ou pelos efeitos caóticos da poluição (SACHS, 2002, p. 51).

No mesmo ano, na cidade de Estocolmo, Suécia, foi realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano (CNUMAH). Nela foram discutidas as relações entre o meio ambiente e o desenvolvimento, observando-se os limites ambientais e sociais de suporte. Observou-se, no entanto, que o modelo social então vigente não era sustentável, conforme indicou o relatório “Os Limites do Crescimento”, publicado pelo Clube de Roma.

Os discursos utópicos dos dois grupos foram rejeitados e, segundo Sachs (2002), emergiu uma alternativa entre o economicismo e o fundamentalismo ecológico. Abriram-se áreas de diálogo entre a economia e a ecologia, buscando-se a conciliação entre a preservação da natureza e a manutenção do processo de crescimento econômico (GOMES, 2000, p. 34).

Em 1973, o canadense Maurice F. Strong, que coordenou a Conferência das Nações Unidas, lançou o conceito de “*ecodesenvolvimento*”, cujos princípios preconizam o planejamento de um novo modelo de desenvolvimento feito de modo a procurar sempre a paridade entre o social, o econômico e o ecológico.

Os princípios do conceito de *ecodesenvolvimento* foram formulados por Ignacy Sachs (2004) e, segundo ele, seriam compostos de seis caminhos:

- satisfação das necessidades básicas;
- solidariedade com as gerações futuras;
- participação da população envolvida;
- preservação dos recursos naturais e do meio ambiente;
- elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social e respeito a outras culturas; e
- programas de educação.

Foram os debates em torno do *ecodesenvolvimento* que contribuíram para a elaboração do conceito de desenvolvimento sustentável. Em 1974, outra contribuição à discussão veio com a Declaração de Cocoyok, resultado de uma reunião da Confederação das Nações Unidas sobre o Comércio, Desenvolvimento e Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas. Os assuntos abordados foram: explosão demográfica, pobreza e destruição ambiental na África, na Ásia e na América Latina. Na declaração se afirmava que a causa da explosão demográfica era a pobreza, que também gerava a destruição desenfreada dos recursos naturais. Citava-se também que os países industrializados contribuíam para o subdesenvolvimento, devido aos seus exagerados índices de consumo. Para a ONU, não há

apenas um limite mínimo de recursos para proporcionar bem-estar aos indivíduos; há também um máximo.

No ano seguinte, a ONU voltou a participar da elaboração de um outro relatório, o Dag-Hammarskjöld, elaborado pela fundação de mesmo nome, com colaboração de pesquisadores de 48 países. O Relatório Dag-Hammarskjöld complementa o de Cocoyok, apontando a problemática do abuso de poder pelos países industrializados e a interligação deste com a degradação ambiental. Ambos propõem mudanças estruturais nas políticas dos países desenvolvidos.

No ano de 1987, a Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), presidida por Gro Harlem Brundtland e Mansour Khalid, apresentou um documento chamado *Our Common Future*, também conhecido por Relatório Brundtland. O relatório origina, como se concebe hoje, o conceito de “desenvolvimento sustentável” como sendo o “desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades”.

A segunda Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) foi realizada no Rio de Janeiro, em 1992. Batizada como ECO 92 ou RIO 92, a conferência contou com a representação de 179 países e evidenciou o crescente interesse mundial pelo futuro do planeta. Na ocasião foi produzido um documento denominado Agenda 21, em que eram definidas as diretrizes de sustentabilidade para o planeta, numa articulação conjunta entre os governos nacionais e locais.

O plano de ação proposto contém recomendações concretas de como acelerar, de forma consciente, embora gradual e negociada, a substituição dos atuais padrões de desenvolvimento vigentes no mundo (SILVA, 2003, p.8).

Após dez anos da Conferência do Rio, é realizada em Joannesburgo, na África do Sul, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (CMDSD), também promovida pela Organização das Nações Unidas e conhecida como RIO+10. O evento teve como objetivos avaliar o progresso ocorrido na década em relação à implementação das propostas feitas na RIO 92, criar mecanismos e identificar metas quantificáveis e factíveis para pôr em ação, de forma eficaz, a Agenda 21.

De acordo com Sachs (2002), o desenvolvimento sustentável é incompatível com o jogo sem restrições das forças do mercado, mas também representa a necessidade de uma combinação viável entre ecologia e economia. A abordagem fundamentada na harmonização de objetivos sociais, ambientais e econômicos não se alterou desde o encontro de Estolcomo até a conferência do Rio de Janeiro.

Para que haja a sustentabilidade, Sachs (2002) elenca cinco pilares. São eles:

- social: distribuição de renda, homogeneidade social, emprego pleno e acessibilidade aos recursos sociais;
- ambiental: respeito à capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais;
- territorial: melhoria do ambiente urbano, superação das disparidades inter-regionais e estratégias de desenvolvimento ambiental para áreas ecológicas;
- econômico: desenvolvimento econômico intersectorial equilibrado, segurança alimentar, modernização dos instrumentos de produção, autonomia na pesquisa científica e tecnológica e inserção soberana na economia internacional;
- político (nacional): democracia, coesão social e implementação de projeto nacional.

Apesar de poucos avanços no sentido prático nesses últimos quinze anos, observa-se um aprofundamento nas discussões sobre os novos conceitos que permeiam a sustentabilidade e o desenvolvimento econômico. Com a ampliação do debate, foram obtidos avanços significativos, destacando-se problemas relacionados com a globalização e com os custos e os benefícios a ela relacionados, bem como sua desigual distribuição.

Nesse processo, surge o direcionamento para uma organização mundial tripolar constituída por: governo, empresários e sociedade civil. Segundo o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), desses três pilares, o setor empresarial foi o que mais evoluiu. Muitas são as razões, embora a mais determinante seja a sobrevivência da empresa num mundo cada vez mais globalizado e competitivo.

2.2 A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL EMPRESARIAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Para uma definição do que seja a responsabilidade socioambiental das empresas, conhecida também como Responsabilidade Social Corporativa, é preciso fazer uma retrospectiva histórica dos acontecimentos e das reflexões que influenciaram as organizações na construção do conceito de sustentabilidade no mundo e no Brasil.

O ponto de partida para o engajamento empresarial na questão socioambiental, surge em 1976, nos Estados Unidos, com a publicação do livro *Ethics and profits: the crisis of confidence in American Business*, de Simon e Schuster, que abordam aspectos sociais, éticos e negociais das corporações americanas. O estudo, reflexo das concepções abordadas na Conferência de Estocolmo em 1972, trata das interações entre meio ambiente-sociedade-economia como zonas de atrito que produzem oportunidades e desafios para as organizações

(SILVA et al, 2003).

Durante a realização da ECO 92 foi lançada, pelo empresário suíço Stephan Schmidheiny, idealizador do *World Business Concil for Sustainable Development (WBCSD)*, a expressão *ecoeficiência*, como o mecanismo de “fornecer bens e serviços a preços competitivos que satisfaçam às necessidades humanas e tragam qualidade de vida, ao tempo que reduz, progressivamente, o impacto ambiental”.

Em 1998, na Holanda, surge a expressão “responsabilidade social corporativa” (conhecida também por “cidadania corporativa”), denominada dessa forma por relacionar a empresa com a sociedade civil e o Estado. Com essa perspectiva implícita de promoção do desenvolvimento social mediante ações voltadas para suprimir ou atenuar suas necessidades, a expressão foi conceituada pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) como:

o compromisso contínuo da empresa com o seu comportamento ético e com o desenvolvimento econômico, promovendo ao mesmo tempo a melhoria da qualidade de vida de seus empregados e de suas famílias da comunidade local e da sociedade como um todo. (CEBDS, <<http://www.cebds.org.br/cebds>> acesso em 23.12.2005).

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, de acordo com seus indicadores de Responsabilidade Social Empresarial, considera uma empresa como socialmente responsável quando ela vai além da obrigação de respeitar as leis, pagar impostos e observar as condições adequadas de segurança e saúde para os trabalhadores (INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL, 2000). A atual idéia de empresa não mais se resume exclusivamente ao capital, pois sem a interação dos recursos naturais e das pessoas (conhecimento e mão-de-obra) ela não é capaz de gerar riquezas e satisfazer as necessidades humanas, não proporciona o desenvolvimento e nem melhora a qualidade de vida.

Na esfera empresarial, sustentabilidade se traduz no *triple botton line*,⁴ que incorpora na gestão das empresas não somente a preocupação com o resultado econômico, mas também, e simultaneamente, a proteção do meio ambiente e a promoção da justiça social. Esses novos direcionamentos “proporcionaram a ruptura do paradigma de desenvolvimento em vigor, fazendo emergir um novo que passou a se pautar pela noção da sustentabilidade” (CARVALHO, 2003, p. 277).

Contrariamente às estratégias convencionais, o desenvolvimento com base na sustentabilidade se norteia na valorização do “local”, que adquire uma conotação de “alvo” socioterritorial de suas ações. Por se tratar de um novo modelo socioeconômico, destaca-se a importância da participação de todos os agentes envolvidos no processo de desenvolvimento, incluindo o Estado, as empresas, as organizações não-governamentais e a própria comunidade. Para Carvalho (2003), a participação do poder local é condição necessária para o êxito de projetos de desenvolvimento sustentável, pois a valorização do espaço local - como locus onde se agregam, equilibradamente, todas as dimensões da sociedade - propicia a integração e a construção social de um efetivo de desenvolvimento.

Este modelo de desenvolvimento exige a combinação de esforços exógenos e endógenos, governamentais e não governamentais, públicos e privados. O Estado, o mercado e a sociedade civil devem atuar em sinergia para que se produza algo de realmente novo em termos de desenvolvimento (CARVALHO, 2003, p.278).

Da convergência dos objetivos da sustentabilidade e da valorização do “local”, agrega-se a expressão local ao conceito de desenvolvimento sustentável, enfatizando-se, dessa forma, a perspectiva de integração e convergência de objetivos entre os atores sociais. O conceito de desenvolvimento local sustentável é definido como:

um novo modo de promover o desenvolvimento que possibilita o surgimento

⁴ *Triple Botton Line* – Conceito onde as empresas não são focadas apenas no valor econômico que produzem, mas também nos valores ambientais e sociais. A idéia do “tripé da sustentabilidade” é que as empresas não operem apenas satisfazendo os seus acionistas mediante lucros e dividendos (tripé econômico), mas através do melhor desempenho nas dimensões ambiental e social (GOMES, 2005 p.13).

de comunidades mais sustentáveis, capazes de: suprir suas necessidades imediatas; descobrir ou despertar suas vocações locais; e fomentar o intercâmbio externo, aproveitando-se de suas vantagens locais (BRASIL, Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável - DLIS. Disponível em <www.dlis.org.br>. Acesso em 14 de maio de 2004).

O processo de desenvolvimento local sustentável exige uma atuação sinérgica do Estado, do mercado e da sociedade civil, num modelo de gestão integrado de políticas públicas nas diversas instâncias e áreas governamentais, sejam elas federais, estaduais ou municipais. Para Carvalho (2003), os objetivos desse conjunto de organizações convergem para a promoção da sustentabilidade, podendo também, devido à diversidade de seus interesses, ser complementares ou até mesmo conflitantes.

A esfera local, considerando o conceito de articulação exógena e endógena, possui as condições de participar diretamente na identificação dos seus problemas e das suas necessidades, ao mesmo tempo em que pode sugerir, de acordo com suas potencialidades e habilidades, soluções mais adequadas. No caso de atividades turísticas as comunidades locais devem participar ativamente na decisão de que tipo de turismo é desejável e adequado para sua localidade, estabelecendo os limites aceitáveis de mudanças e o grau de impacto ambiental aceitável. Nesta concepção a legitimação da atividade turística pela representatividade local é condição *sine qua non* para o êxito das propostas de atividades sustentáveis.

2.3 A INDÚSTRIA TURÍSTICA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DO TURISMO ECOLÓGICO AO ECOTURISMO

Até a grande depressão de 1929, o turismo não era percebido como uma atividade propulsora do desenvolvimento econômico e, para muitos, era dissociado do governo como

atividade produtiva. Nos anos 30, devido às dificuldades econômicas e à necessidade de estimular ganhos em moeda estrangeira, começou na Europa a percepção da importância do turismo como força econômica e social que impacta diretamente na economia nacional e local (HOLANDA, 2003, p. 275).

Muitos países começaram a se conscientizar do potencial do afluxo turístico como fonte de divisas e uma força invisível de exportação para sustentar a conta corrente de sua balança de pagamentos (HOLANDA, 2003 apud COOPER et al, 2001, p.101).

A atividade turística ganha status de indústria e passa a ser reconhecida como importante atividade geradora de receitas. A partir de 1960, é estimulada nos países em desenvolvimento como reguladora de problemas endêmicos, principalmente os econômicos (HOLANDA, 2003). Observa-se que a dimensão econômica do turismo influencia diretamente a institucionalização da atividade e passa a ser socialmente desejada, tendo em vista seus atributos de geradora de divisas e empregos, bem como distribuidora de renda, entre outros atributos.

O suporte fornecido para o crescimento da atividade turística baseou-se numa concepção exclusivamente financeira, cujo objetivo principal era assegurar seu crescimento e garantir sua produtividade. Com isso, segundo Gomes (2000), criou-se, em muitos países, a expectativa de que o turismo traria benefícios de ordem econômica e social, sem produzir os impactos negativos observados por outros tipos de indústria. Porém, ao contrário do que habitualmente se pensa, o turismo não é uma “indústria sem chaminé”,⁵ ou seja, ele produz forte impacto socioambiental (GOMES, 2000, p.20).

Como exemplo, Silva (2003), observada a exploração do litoral brasileiro, principalmente na região nordeste, onde novos complexos hoteleiros e *resorts* foram

⁵ Por muito tempo, o turismo levou o rótulo de indústria sem chaminés, uma alusão à inexistência de qualquer tipo de poluição ou degradação ambiental decorrente da atividade. Todavia, são conhecidos hoje os diversos impactos socioambientais causados pela atividade, destacando-se o turismo como uma indústria com capacidade de gerar impactos negativos, sejam eles de ordem social, econômica, ambiental ou cultural (OLIVEIRA et al, 2005 p.20).

construídos e direcionados para uma clientela, sobretudo de turistas internacionais, ocasionando um crescimento urbano desordenado, a especulação imobiliária, a descaracterização do meio ambiente, a poluição, a privatização de praias, a aculturação e o colapso do saneamento básico e da infra-estrutura local.

Apesar das contradições entre as dimensões econômica e social, a atividade turística, segundo previsões da Organização Mundial do Turismo (OMT), “se transformará em uma das maiores “indústrias” do mundo e, conseqüentemente, na atividade comercial mais importante do planeta” (MOLINA, 2001, p.179). Para Sachs (2003), em 1995, a indústria turística já se posicionava no terceiro lugar nas exportações mundiais, perdendo apenas para a petrolífera e a automobilística, que ocupam, respectivamente, o primeiro e o segundo lugares no *ranking*.

De maneira abrangente, toda a cadeia turística (que compreende os deslocamentos, as hospedagens e os serviços de entretenimento) já emprega mais de 200 milhões de pessoas em todo mundo, o que representa 11% da força de trabalho mundial e corresponde a um faturamento de aproximadamente 11% do PIB planetário (SACHS, 2003, p.117). Segundo Beni (2004), além de se constituir em instrumento de destacada importância, a atividade turística se beneficiou do processo de globalização para crescer aceleradamente.

Outro aspecto indutor para a expansão da atividade encontra-se na dinâmica imposta pela sociedade capitalista, que desperta no homem a necessidade de viajar como alternativa de lazer e escape às rotinas diárias, intensificadas pelo ritmo de trabalho. Para Hazin et al. (2001), o tempo livre se transforma em mercadoria onde há uma oferta, elaborada pela sociedade de consumo, de produtos turísticos, para quem tem excedente de renda e opção de uso de seu tempo livre. “A necessidade imperiosa de se viajar é fabricada, sendo incorporada mercadologicamente no rol das necessidades básicas do homem” (HAZIN et al. apud RODRIGUES, 2004, p. 2). A atividade turística proporciona ao homem contemporâneo

um contato direto com a natureza ou com a cultura local e se constitui numa experiência que permite uma alternativa de *ser-ter* uma outra realidade.

Para Molina (2001), o crescimento da atividade turística torna-se importante vetor do desenvolvimento econômico em todo mundo; porém, proporcionalmente à atividade, cresce também a pressão que os grupos de visitantes, cada vez mais numerosos, exercem sobre o meio ambiente natural e cultural. Essa equação gera resultados desastrosos aos destinos receptivos, principalmente se continuarem sendo administrados por esquemas tradicionais que privilegiam a dimensão econômica, preterindo as dimensões socioambientais. Esse aspecto direciona a atividade a redefinir rapidamente seus enfoques, suas metodologias e seus modelos conceituais e operacionais.

O meio ambiente constitui a matéria-prima para o turismo, a sua inter-relação é incontestável. Não é possível conceber projetos turísticos sem que estejam baseados nas premissas de sustentabilidade do meio natural, sociocultural e econômico. (SILVA, 2003, p.64).

Os problemas socioambientais passam, a partir de então, a ser a principal preocupação dos planejadores turísticos, a fim de encontrar alternativas que minimizem seus impactos e causem benefícios ao meio ambiente. Segundo Gomes (2000), à medida que a questão ambiental foi se institucionalizando, abriram-se áreas de diálogo entre a economia e a ecologia, procurando-se a conciliação entre a preservação da natureza e a manutenção do processo de crescimento econômico. Surge, então, a expressão ecoturismo, definida como o uso ecológico do meio ambiente pelo turismo clássico, em atividades que possam se desenvolver com critérios de mínimo impacto ambiental (BRASIL, 1994, p.16).

Apesar de sua importância, o aspecto econômico não é o único ponto que deve ser observado. De acordo com os novos parâmetros de desenvolvimento, as ações antrópicas assumem muitas vezes uma posição conflitante com o meio ambiente. Busca-se, dessa forma,

um equilíbrio entre essas inter-relações, com o intuito de mitigar os impactos negativos causados nos ecossistemas e nas relações socioculturais advindas da atividade turística. Pois, quando não devidamente planejado,

o desenvolvimento tradicional de um destino turístico leva ao esgotamento dos recursos naturais, descaracterização do patrimônio cultural e desestruturação da rede social. Quando o destino começa a perder seus encantos por causa disso é abandonado pelos turistas em busca de um novo paraíso [...] Em consonância com as tendências mundiais, os profissionais da atividade turística começam a se preocupar com a questão do desenvolvimento sustentável. O principal ponto de conflito é a necessidade de preservar o meio ambiente, a cultura local e manter o crescimento econômico da atividade. (BRASIL, IH. Disponível em <<http://www.pcts.org.br>> acesso em 25.05.2005).

A proposta de um turismo norteado para a sustentabilidade surge a partir de impactos negativos, tanto ambientais como sociais, advindos do incremento da atividade e da falta de planejamento sob o enfoque da sustentabilidade. Para Oliveira et al. (2005), a repercussão do conceito de desenvolvimento sustentável pelo Relatório Brundtland, influenciou a concepção da atividade turística, que passou a incluir, em seus questionamentos, preocupações com impacto causado nas comunidades receptoras locais no que tange à socialização dos benefícios econômicos e à preservação da cultura.

A partir da década de 90, com a inclusão da dimensão social, o conceito de turismo sustentável mais corrente e aceito está baseado na definição sobre desenvolvimento sustentável apresentada pelo Relatório Brundtland, como

formas de turismo que satisfaçam hoje as necessidades do turista, da indústria do turismo e das comunidades locais sem comprometer a capacidade de as gerações satisfazerem suas próprias necessidades (OLIVEIRA et al. apud SWARBROOKE, 2005, p.6).

Para que uma atividade turística seja classificada como sustentável, é necessário que sejam observadas quatro condições básicas que garantam ao turista a incorporação das

experiências vividas em prol da preservação do meio ambiente, da cultura local e do desenvolvimento. São elas:

- 1^a) respeito às comunidades locais;
- 2^a) envolvimento econômico efetivo das comunidades locais;
- 3^a) respeito às condições naturais e conservação do meio ambiente; e
- 4^a) interação educacional.

Atualmente, há uma equalização do contraponto que existia entre as atividades ecoturísticas e a sustentabilidade. Para Pires (1998), pensar em "sustentabilidade não significa se fixar nos cânones do conservadorismo/preservacionismo", mas sim num conceito ampliado a outras dimensões, como as do tripé da sustentabilidade, que engloba a ecologia, a economia e a cultura.

Em 1994, implantou-se, no Brasil, a Política Nacional de Ecoturismo, formulada por um grupo multidisciplinar representativo dos setores governamental e turístico, que teve como premissa assegurar:

- à comunidade: melhores condições de vida e mais benefícios;
- ao meio ambiente: ferramenta na valorização dos recursos naturais;
- à nação: uma fonte de riquezas, divisas e geração de empregos;
- ao mundo: a oportunidade de conhecer e utilizar o patrimônio natural dos ecossistemas para onde convergem a economia e a ecologia, para o conhecimento e o uso das gerações futuras (BRASIL, EMBRATUR.<<http://www.ambientebrasil.com.br>> acesso em 21.11.2005).

Observa-se a convergência de propósitos entre as novas tendências turísticas e a

sustentabilidade. O ecoturismo⁶ se apresenta como atividade modelo para a sustentabilidade, em contraponto à vocação de “insustentabilidade” do turismo de massa (GOMES, 2000, p.38). A atividade turística norteada pelas premissas do ecoturismo procura abranger tanto a dimensão econômica quanto a socioambiental. Isso só é possível quando há um planejamento cuidadosamente realizado entre a população residente na área explorada e o *trade*⁷ turístico. “Essa problematização fica evidente nos locais onde a natureza interage diretamente com grandes empreendimentos turísticos e comunidades locais” (CÂNDIDO, 2003, p.154).

Apesar de não haver unanimidade, a definição de desenvolvimento sustentável para a indústria turística ganha destaque com a identificação de ações formuladas por entidades legitimadas como a World Travel and Tourism Council (WTTC⁸), representativa de interesses do setor na esfera privada. Seu entendimento vem por meio do documento Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo, que registra um elenco de ações necessárias para a sustentabilidade do turismo. O quadro 1 apresenta dez definições sobre a sustentabilidade e a atividade turística com a demonstração de ações e objetivos que devem ser atingidos em parcerias entre governo, indústrias e entidades não-governamentais.

⁶ Ecoturismo - denominação dada ao deslocamento de pessoas a espaços naturais delimitados e protegidos pelo Estado, iniciativa privada ou controlados em parceria com associações locais e ONGs. Pressupõe sempre uma utilização controlada da área com planejamento de uso sustentável de seus recursos naturais e culturais, por meio de estudos de impacto ambiental, estimativas da capacidade de carga e suporte do local, monitoramento e avaliação constantes, com plano de manejo e sistema de gestão responsável. Acessado em <http://www.turismo.gov.br>, em 28.02.2006.

⁷ *Trade* - expressão utilizada para designar o conjunto de empresas que fazem o ramo de negócios em turismo (Paiva, 1995, p.15).

⁸ Fórum de líderes empresariais que compreende os presidentes e os altos-executivos das cem principais companhias do mundo. É representativo do setor privado em todos os ramos da indústria de viagens e turismo. Sua missão é promover a conscientização de todos os ramos da indústria turística sobre seus impactos na geração de renda e nos empregos. Acessado em 02.01.2006 em <http://www.wttc.org/framesetaboutus.htm>.

1. Projetar a sustentabilidade – assegurar que as novas tecnologias e os novos produtos sejam projetados para minimizar a poluição, ser mais eficientes e apropriados, cultural e socialmente, e estejam disponíveis mundialmente.
2. Parcerias para o desenvolvimento sustentável – formar parcerias para trazer sustentabilidade de longo-prazo.
3. Eficiência na conservação e na administração de energia – reduzir o uso de energia e reduzir o risco potencial às condições atmosféricas.
4. Manejo responsável de recursos hídricos – proteger a qualidade dos recursos hídricos e usar os recursos existentes de maneira eficiente e equilibrada.
5. Administração do desperdício de água – minimizar a geração de efluentes de forma a proteger o ambiente aquático, salvaguardar a fauna e a flora e conservar e proteger a qualidade dos recursos de água doce.
6. Redução do desperdício, reutilização e reciclagem – minimizar o uso de recursos, maximizar a qualidade dos produtos e reduzir a geração de resíduos.
7. Substâncias perigosas – evitar seu uso ou ter o controle para o seu manejo adequado.
8. Envolvimento de pessoas, clientes e comunidades em assuntos ambientais – proteger e incorporar os interesses das comunidades locais nos projetos e assegurar que as lições ambientais aprendidas pelos funcionários, pelos clientes e pelas comunidades sejam colocadas em prática.
9. Planejamento e manejo do uso da terra – lidar de uma maneira equilibrada com os múltiplos interesses sobre o uso da terra, assegurando que o desenvolvimento não seja paisagisticamente inadequado, e contribuir para a conservação do meio ambiente e das culturas paralelamente à geração de renda.
10. Transporte – reduzir ou controlar emissões prejudiciais na atmosfera e outros efeitos dos meios de transporte no meio ambiente.

Quadro 1 - Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo

Fonte: Agenda 21 for the Travel & Tourism Industry – Towards Environmentally Sustainable Development, WTTC, WTO & Earth Council, 1995.

O empreendimento turístico precisa ser socioambientalmente responsável para garantir sua "sustentabilidade econômica", pois depende diretamente da legitimação de seus públicos de interesse, e, além disso, um contexto social deteriorado conduzirá a degradação do meio ambiente, a deteriorização social e a ambiental, gerando conseqüências gravemente nocivas, no sentido de desvalorizar o investimento turístico (BOAVENTURA, 2003).

Atualmente, a legitimação pelo mercado consumidor é imprescindível para a atividade turística, que é comumente entendida como atividade que se apropria de lugares com o objetivo de obter lucros. Para Silva (2003), mesmo quando se considera como turismo ecológico, também não deixa de caracterizar a atividade como a “venda”, para o consumo, de um espaço da natureza. Deve-se, então, tomar o cuidado para que as atividades radicalmente distintas que se abrigam sob o rótulo do turismo ecológico não se transformem num instrumento de degradação do meio ambiente.

Com a tendência contemporânea de sustentabilidade, o consumidor dos serviços turísticos encontra-se numa situação privilegiada, à medida que impõe seus conceitos aos produtos e serviços que consome. Os diversos meios de comunicação, como a internet, os empoderam e os instrumentalizam para uma participação mais efetiva nos diversos segmentos da sociedade (GRAYSON; HODGES, 2001). Somada a isso, a competição entre os destinos turísticos (sejam eles nacionais ou internacionais) é cada vez mais acirrada, e os turistas estão cada vez mais exigentes em suas escolhas.

O debate sobre a sustentabilidade da atividade turística e do ecoturismo tem sido realizado sob o estigma de diferentes grupos de interesses em contextos socioeconômicos e culturais diversos, devendo, portanto, ser analisado conjuntamente, de acordo com a relação de forças de realidades distintas e não diante de apenas uma perspectiva, seja ela ambiental, social ou econômica.

Para Beni (2004), o equilíbrio pretendido entre a atividade turística, o desenvolvimento e a proteção do ambiente exige uma repartição de responsabilidades equitativas e claramente definidas com relação ao consumo e ao comportamento face aos recursos naturais. Esse novo modelo de desenvolvimento é mais complexo e exige maior estruturação, com direta dependência da concepção e da aplicação de novos valores e de suporte científico e tecnológico, voltados não apenas para a viabilidade econômica da

atividade, mas também para suprimento das necessidades das comunidades e dos turistas.

Esse novo modelo deve ser orientado pelos princípios da sustentabilidade, isso implica a integração de considerações ambientais na formulação e na implementação das políticas econômicas e setoriais, nas decisões das autoridades públicas, na operação e no desenvolvimento dos processos de produção, bem como nos comportamentos e nas escolhas individuais (BENI, 2004, p.2).

2.4 A SUSTENTABILIDADE DA INDÚSTRIA TURÍSTICA

O desenvolvimento da atividade turística sustentável tem como premissa a responsabilidade comum de todos os atores envolvidos no processo, diante da conservação ambiental e cultural. Para Silva (2003), conciliar a utilização econômica com a conservação dos ecossistemas, da diversidade biológica e cultural é o maior desafio para tornar a atividade sustentável.

A literatura especializada na maioria das vezes considera o turismo como indutor do desenvolvimento, desde que seja bem planejado e executado. Porém, essa hipótese nem sempre é confirmada. Para Carvalho & Vieira (2003), os agentes econômicos que desenvolvem a atividade agem de acordo com seus próprios interesses, o que nem sempre se configura como melhor solução para a comunidade ou o local onde está sendo desenvolvida.

Formado pelo conjunto de atividades econômicas e produzido por diversos agentes distintos, o produto da atividade turística utiliza-se de diversos bens e serviços oferecidos por muitos agentes econômicos.

O turismo implica integração e cooperação mútua entre a iniciativa privada e o poder público, pois, apesar de ser uma atividade eminentemente privada, não pode existir sem uma intervenção pública, dada a natureza da atividade o *trade* turístico interage diretamente com os órgãos governamentais (CARVALHO, MILANO, 2003, p.281).

Numa parceria entre governos, setores organizados da sociedade civil e comunidades anfitriãs, está sendo implementado, no Brasil, desde 2002, um programa de incentivo à incorporação, por parte das empresas do setor turístico, de práticas e procedimentos de gestão orientados para a sustentabilidade. O Programa de Certificação do Turismo Sustentável, também conhecido pela sigla PCTS, foi instituído com a missão de incentivar e estimular os integrantes do *trade* turístico, inclusive o próprio turista, para que suas atividades sejam ambientalmente equilibradas, economicamente viáveis, socialmente justas, culturalmente ricas e politicamente legítimas, de acordo com as premissas do desenvolvimento local sustentável. O Programa fornece, de acordo com o perfil de responsabilidade socioambiental das empresas, uma certificação de sustentabilidade.

Nesse contexto, investimentos em infra-estrutura e marketing, apesar de indispensáveis para a atividade turística, não são suficientes para transformá-la em sustentável. É necessária a conscientização das empresas e dos profissionais da área no sentido de que sejam prestados serviços de qualidade que atendam aos anseios dos visitantes e dos anfitriões.

Diversas ações são implementadas com o intuito de reduzir os impactos causados pela atividade turística; a implementação de projetos sociais voltados para as regiões impactadas é um exemplo que abrange aspectos socioambientais e econômicos com a participação tanto do *trade* turístico como das comunidades tradicionais do destino.

Para atingir a sustentabilidade a indústria do turismo deve observar, de forma sistêmica, as intervenções e as permanentes mudanças socioambientais provenientes de sua

operacionalização. Os diversos atores e o meio ambiente devem ser observados continuamente com competência sistêmica e de forma holística para que a dinâmica da sustentabilidade seja atingida. Como exemplo, pode-se visualizar, na figura 2, o modelo de indicadores de impacto do Programa Berimbau, que mostra as interações entre ações e variáveis do impacto causados pelo empreendimento turístico junto às comunidades impactadas.

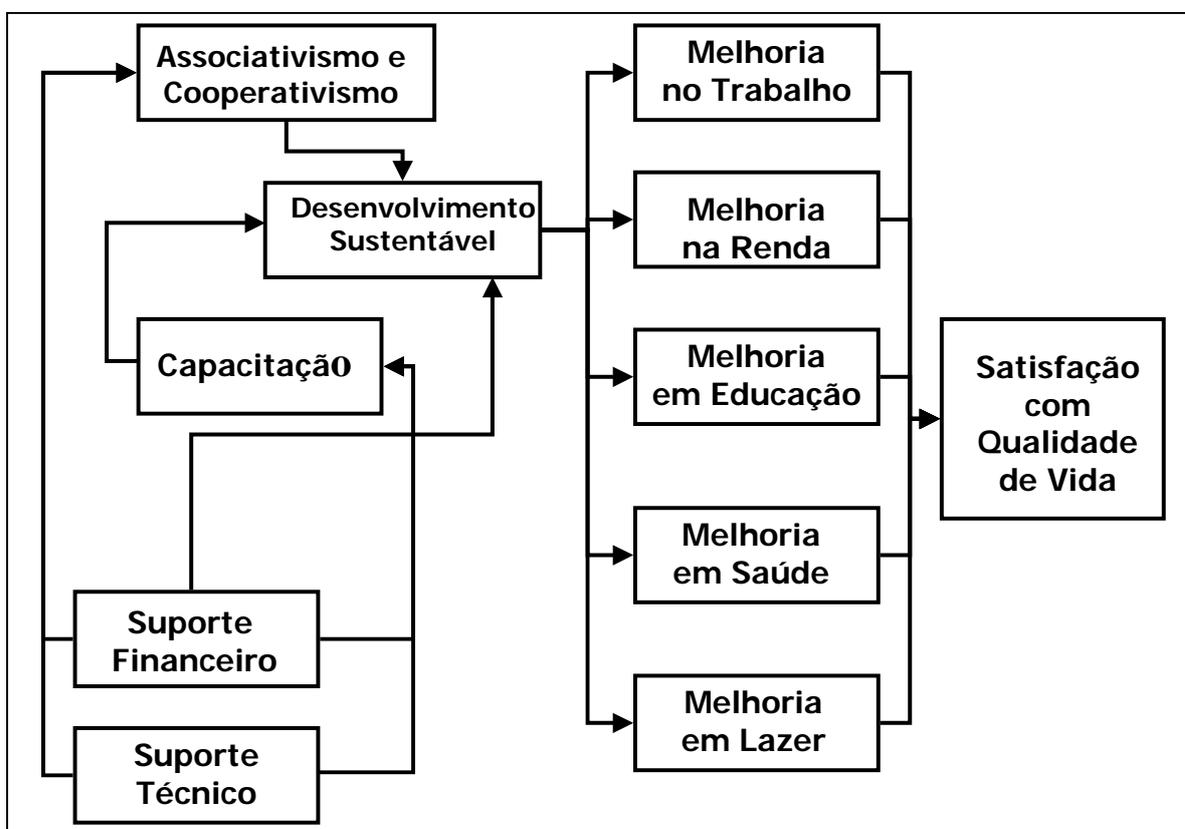


Figura 1. Modelo do Programa Berimbau.

2.5 AVALIAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS

Apesar de ser observada desde o século XVII, a sistematização do processo avaliativo é relativamente nova. Sua aplicação em escala começou após a Segunda Guerra Mundial, principalmente nos países industrializados como os Estados Unidos e os da Europa. A necessidade do “conhecimento dos resultados” das ações sociais voltadas para a saúde, urbanização e educação direcionou para a prática avaliativa (ROSSI; FREEMAN, 1989). O conhecimento de métodos científicos, inclusive a aplicação de amostras estatísticas, e o advento de novas tecnologias, como o computador, contribuíram também para o desenvolvimento da avaliação na pesquisa social.

No Brasil, a prática de avaliação de projetos ou programas sociais ainda é incipiente e feita apenas por um pequeno número de instituições. Geralmente o processo é realizado por exigência de seus financiadores para mensurar a efetividade dos recursos aplicados no atingimento dos objetivos do projeto. No entanto, a falta de conhecimento técnico-operacional e a limitação orçamentária se constituem como os principais dificultadores para a realização dos processos avaliativos.

De acordo com Rossi e Freeman (1989), a avaliação é definida como a aplicação sistemática de pesquisas e procedimentos de avaliação para a concepção, desenho e implementação de programas sociais. Outro conceito foi elaborado pela ONU e a define como:

o processo orientado a determinar sistemática e objetivamente a pertinência, eficiência, eficácia e impacto de todas as atividades à luz de seus objetivos. Trata-se de um processo organizativo para melhorar as atividades ainda em marcha e ajudar a administração no planejamento, programação e futuras tomadas de decisões (COHEN apud ONU, 1984, p.76).

O processo avaliativo gera subsídios para que os gestores conheçam melhor as necessidades e a percepção dos usuários/beneficiários, testem a viabilidade de seus projetos e

se certifiquem de que as ações propostas para desenvolvimento os levarão ao alcance dos objetivos previstos, ou ainda, conhecerem e mensurarem o impacto dessas ações. Em suma, a avaliação subsidia a tomada de decisões tendo como pano de fundo sua contribuição aos objetivos institucionais. Neste sentido, é um exercício permanente e, acima de tudo, comprometido com as repercussões de um projeto ao longo de sua realização.

Associado ao planejamento, execução ou resultado das ações implementadas, o processo avaliativo consiste em formular hipóteses a respeito de um ou mais aspectos do programa que se deseja avaliar. A definição dos objetivos e das hipóteses que se pretende responder com a avaliação direcionam a abordagem metodológica de planejamento, as variáveis e os indicadores que serão utilizados, como também o momento adequado para se realizar a avaliação.

De acordo com o que se deseja medir, a avaliação pode ser feita antes, durante ou depois da realização de um programa ou projeto social, e não deve ser confundida com acompanhamento ou monitoramento. Para Cohen (1998), o acompanhamento é uma atividade gerencial interna que deve ser realizada durante toda implementação do projeto. No conceito elaborado pela ONU, o processo de acompanhamento de um projeto social, resume-se como:

o exame contínuo ou periódico efetuado pela administração, em todos os seus níveis hierárquicos, do modo de como está se executando uma atividade. Com isso se procura assegurar que a entrega de insumos, os calendários de trabalho, os produtos esperados se consubstanciem nas metas estabelecidas e que outras ações que são necessárias programam de acordo como plano traçado (COHEN apud ONU, 1984, 77).

Já a avaliação procura prover informações para aumentar a racionalidade com que se tomam as decisões, hierarquizando os projetos, proporcionando instrumentos para escolher a melhor alternativa de execução e melhoria dos processos de implementação (COHEN, 1998). Na pesquisa avaliativa toma-se como base a comparação entre os efeitos de um programa/projeto com as metas que ele se propõe a alcançar, dessa forma, nesse contexto uma

das contribuições mais relevantes consiste na descoberta de alternativas para otimização das metas propostas.

Os processos de avaliação de projetos sociais envolvem, geralmente, as seguintes atividades:

1. Planejamento/desenho do processo de avaliação;
2. Levantamento dos dados /trabalho de campo;
3. Sistematização e processamento dos dados;
4. Análise das informações;
5. Elaboração de relatório(s) com os resultados encontrados e suas respectivas recomendações;
6. Disseminação e uso das conclusões junto aos diferentes públicos (*stakeholders*).

A etapa mais complexa no processo avaliativo é a do planejamento, devido à necessidade de escolha de uma metodologia e estratégias adequadas, se a escolha for inadequada, pode comprometer as demais etapas do processo. Para Aguilar (1995), as avaliações podem ser classificadas em diferentes tipos dependendo do momento em que se realizam; da procedência dos avaliadores; da função da avaliação e da natureza do objeto de avaliação.

Segundo o momento em que se realizam, pode-se fazer uma tríplice distinção: *ex-ante*; durante e *ex-post*.

- a) Avaliação *ex-ante* é realizada antes da implementação do programa e é também conhecida como avaliação de viabilidade. Suas informações subsidiam os processos de tomada de decisão sobre a implementação ou não de um programa e permite, também, priorizar as ações visando maximizar o retorno do investimento. Conforme Aguilar (1995), comporta três aspectos principais:

- Pertinência do projeto com a realidade: trata-se de estabelecer a coerência entre as soluções que se propõem e a realidade que se pretende modificar.
- Coerência e congruências internas: é uma análise que atende fundamentalmente aos aspectos formais. Interessa basicamente avaliar a organicidade/unidade do projeto. Para isso deve-se examinar sua viabilidade e coerência das relações entre: meios/recursos e objetivos; objetivos gerais, objetivos especiais e metas; e diagnósticos e proposições.
- Rentabilidade econômica das diferentes ações para alcançar os objetivos propostos (AGUILAR, 1995, p.41).

- b) Avaliação durante é realizada no decorrer da execução do projeto e é também conhecida como avaliação de gestão. Possibilita a identificação de pontos fortes ou deficiências do projeto, oportunizando os ajustes necessários. A avaliação durante muitas vezes é confundida com o controle operacional, porém sua característica diferenciadora é que “permite fazer juízo dos pressupostos em que se apóia a formulação do programa ao mesmo tempo em que permite adotar dois tipos de decisões: continuar ou não com o programa” (AGUILAR, 1995. p.42).
- c) Avaliação *ex-post* se baseia nas informações derivadas da implementação do projeto. Na dimensão temporal esse tipo de avaliação se dar depois de concluído o projeto. Sua realização oferece elementos importantes para o conhecimento da efetividade, eficácia e eficiência do projeto ou programa. A avaliação *ex-post* costuma ser classificada como avaliação de impacto, e tem como finalidade mensurar os resultados produzidos pelo programa. “Procura determinar em que medida o projeto alcançou seus objetivos e quais são seus efeitos secundários (previsto e não previstos)” (COHEN, 1998 p. 109).

Para Cohen (1998), é necessário distinguir a situação temporal em que se encontram os projetos, se já estão em andamento ou concluídos. Em ambas situações a avaliação procura obter elementos de apoio para a adoção de decisões, seja para interrompê-lo ou ajustá-lo.

Segundo a procedência dos avaliadores, o processo de avaliação é classificado como: interno; externo; misto ou participativo. É considerada interna a avaliação realizada por

pesquisadores que estão diretamente ligados à execução do projeto; externa quando os avaliadores não são vinculados à instituição executora do programa ou projeto; mista quando for realizada por equipe de avaliação formada por avaliadores internos e externos; e participativa quando os próprios beneficiados do projeto (*stakeholders*) participam diretamente do processo avaliativo.

De acordo com a natureza do objeto avaliado, a classificação do processo avaliativo determina critérios e técnicas metodológicas específicas. Entretanto não existe uma uniformidade de conceitos entre os autores, sendo os mais utilizados: as avaliações de resultado; as de impacto e as participativas.

- a) Avaliação de resultados – é realizada ao final da etapa de execução do projeto. Avalia se o projeto alcançou as metas previstas para cada um de seus objetivos. Oferece elementos importantes para conhecer a efetividade, eficácia e eficiência do projeto ou programa.
- b) Avaliação de impacto – é realizada após a conclusão do projeto. Analisa mudanças nos indicadores identificados inicialmente com o propósito de verificar se o projeto ou programa produziu impactos/alterações em determinadas condições de vida da população. Para condução de uma avaliação de impacto, o pesquisador necessita de um plano de coleta de dados que o possibilite observar as mudanças exclusivamente relacionadas com o projeto. Para Rossi e Freeman (1989), as avaliações de impacto são essenciais quando há necessidade de comparação entre diferentes programas ou simplesmente validar a utilização de novos métodos de solução de problemas em determinadas comunidades.
- c) Avaliação participativa – pode ser utilizada em qualquer etapa do projeto. Incorpora a perspectiva das populações beneficiadas na análise de aspectos e problemas relacionados ao planejamento, execução e resultados do projeto. As avaliações participativas

procuram superar algumas deficiências das abordagens tradicionais, abrindo canais de participação entre usuários e gestores.

Devido suas diversas abordagens o processo avaliativo de projetos torna-se um tema complexo e abrangente, especialmente quando se trata de projetos sociais. Por outro lado, representa um instrumento imprescindível para sua gestão. A avaliação carece da observação do contexto em que está sendo realizada, seja para adequar alguma disfunção observada ou até mesmo para cumprir exigência de algum interveniente do projeto.

3. O LITORAL NORTE DA BAHIA

O Litoral Norte da Bahia possui cerca de 240 quilômetros de extensão, compreendidos entre os municípios de Mata de São João, Entre Rios, Conde, Esplanada e Jandaíra. Até a década de 70, o Litoral Norte não havia sofrido grandes mudanças socioambientais, sua economia era baseada na agricultura de subsistência e em atividades extrativistas de produtos vegetais e animais. No entanto, a partir das três últimas décadas, mudanças na estrutura socioeconômica foram observadas, e a indústria turística ocupa atualmente destaque como atividade propulsora desse processo de transformação.

Para que se tenha um entendimento do atual cenário socioeconômico da região, faz-se necessário um breve relato histórico de seu processo de ocupação.

Para Silva (2003), o processo de colonização da região do Litoral Norte remonta à época da própria colonização do Brasil, especificamente à segunda metade do século XVI, quando Portugal estava interessado em ampliar seus territórios. A ocupação efetivou-se com a doação, pelo então Governador Geral Thomé de Souza, de vasta extensão de terra, compreendida entre o rio Pojuca e o rio Real, ao almorixe Garcia D'Ávila, quando este aportou na Bahia.

Os primeiros movimentos de ocupação foram dedicados à conquista do espaço, com a submissão das populações tradicionais da região: os índios tupis; tupinambás; e massarandupióis. O processo de ocupação se deu de forma lenta e pouco adensada, pois o objetivo era desenvolver uma economia extrativista e de pecuária. Para isso, foram introduzidos na região os plantios: do sisal, da seringueira, do algodão, da cana-de-açúcar e principalmente da pecuária extensiva, que “além de fornecer a carne e os animais para o trabalho no engenho, tinha também a função de abrir caminhos, desbravando a hinterlândia e conquistando o espaço para o colonizador” (MATTEDI, 2002, p. 34).

A formação socioeconômica da região foi estruturada por esse conjunto de atividades agregadas, que possuíam características distintas e, paradoxalmente, complementares, para suporte da implementação do cultivo da cana-de-açúcar, monocultura denominada *plantation*. A produção atendia os mercados externos e propiciou a formação de um tecido social próprio. “Formou-se uma rede urbana integrada de freguesias, povoados e vilas, compondo um cenário urbano prematuro em terras recém-desbravadas” (MATTEDI, 2002, p. 30). Desde então se observam alterações no meio ambiente, como o desmatamento da flora nativa, a Mata Atlântica, e a abertura de estradas para o fluxo da produção.

Desenvolvendo ocupações típicas de uma economia agro-exportadora e de subsistência, essa população organizou-se em pequenos núcleos, vilas e povoados como até hoje são conhecidos os lugarejos que se espregam desde a foz do rio Pojuca até a do rio Real. Formou-se uma organização social estabelecida sobre a exploração do trabalho escravo e, eventualmente, do trabalho livre (MATTEDI, 2002, p. 36).

Por volta de 1879, outro estrangeiro, S. S. Schindler, de origem inglesa, instalou-se na região e comprou as terras dos descendentes de Garcia D'Ávila. A estrutura fundiária da região é marcada, desde sua colonização, pela concentração de grandes propriedades, e tem como característica peculiar sua complementaridade com as atividades produtivas da cidade de Salvador e do entorno.

As primeiras alterações na estrutura econômica da região foram observadas com o declínio da produção do açúcar e da criação pecuária. “Com o refluxo da pecuária e a decadência da agroindústria canavieira ao sul da região, a área conheceu a decadência e a estagnação” (SILVA, 2003, p.26).

No início dos anos 70, surge uma nova fase de desenvolvimento: a indústria petrolífera. Campos de extração de petróleo entraram em atividade na região. Os impactos se fizeram sentir no espaço regional, acarretando uma série de mudanças no mercado de trabalho e na composição tradicional da região.

O crescimento desordenado, a falta de infra-estrutura e a instalação de uma nova variedade de indústrias ao redor da baía geraram a degradação progressiva de trechos da costa e dos recursos hídricos (PDITS, 2003, p. 35).

3.1 A ATIVIDADE TURÍSTICA NO ESTADO DA BAHIA E SUA INFLUÊNCIA NO LITORAL NORTE

O desenvolvimento da atividade turística no Estado da Bahia se deu a partir da década de 50 com a criação, pela Prefeitura de Salvador, do Setor de Divulgação e Turismo, que a posteriori se transformou na Diretoria Municipal de Turismo de Salvador.

Para Silva (2003), entre outros aspectos, os que mais contribuíram para o início do desenvolvimento turístico baiano foram: a criação, no final da década de 60, da BAHIATURSA, a construção do Hotel da Bahia (atual Hotel Tropical da Bahia) e o incremento do transporte aéreo, com a implantação do Aeroporto Internacional de Salvador, já no início da década de 70.

Logo em seguida, com o objetivo de promover políticas públicas para o crescimento da atividade, são criadas duas subsidiárias da BAHIATURSA: o Conselho Estadual do Turismo (CETUR) e a Empreendimentos Turísticos da Bahia (EMTUR).

A partir de 1991, o turismo consolida-se como atividade prioritária para o desenvolvimento do estado. Observa-se, então, sua importância para amenizar as precárias condições socioeconômicas de vários municípios localizados nas zonas litorâneas.

A atividade turística apresenta elevado potencial de geração de empregos. Essa característica positiva impulsiona a elaboração, pelos órgãos governamentais, de um plano estratégico para direcionamento dos investimentos estaduais em infra-estrutura que possibilite a realização das atividades relacionadas com o turismo e incentive, conseqüentemente, a

captação de investimentos do setor privado.

Segundo dados do Prodetur/NE, a projeção dos investimentos públicos para a atividade turística até o ano de 2020 está prevista em US\$ 3,3 bilhões. Os recursos serão disponibilizados basicamente pelo Governo do Estado, pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), pelo Governo Federal, pela Caixa Econômica Federal, entre outros (BAHIA, Secretaria de Cultura e turismo. <<http://www.sct.ba.gov.br/prodetur.asp>>. Acessado em 11.12.2005). A criação de infraestrutura nas regiões receptoras é o objetivo principal e visa a incentivar os investimentos privados, principalmente na expansão da rede hoteleira.

A relevância da atividade para o estado ultrapassa a criação de postos de trabalho e se reflete na melhoria da qualidade de vida da população, mediante usufruto comum da infraestrutura criada pelo estado e pelo setor privado para a implantação da atividade. Entretanto, por se tratar de atividade impactante tanto para as comunidades locais como para o meio-ambiente, o turismo exige um controle efetivo de seu crescimento pelos órgãos responsáveis por sua promoção. As dificuldades no controle da atividade turística estão inter-relacionadas com fatores observados na região, como:

- o despreparo das comunidades locais para a recepção do fluxo turístico;
- o baixo nível educacional e socioeconômico das comunidades anfitriãs;
- a escassez de recursos governamentais;
- a falta de infra-estrutura básica;
- o crescimento descontrolado do fluxo da atividade;
- os investimentos externos para a localidade, sejam eles de ordem nacional ou internacional;

- as bases fracas de associativismo-cooperadorismo.

Para que fossem possíveis a promoção e a exploração da atividade de forma sustentável, litoral baiano foi dividido em seis zonas turísticas, classificadas de acordo com suas peculiaridades. São elas: Costa dos Coqueiros, Bahia de Todos os Santos, Costa do Dendê, Costa do Cacau, Costa do Descobrimento, e Costa das Baleias. Tais zonas são apresentadas na figura 1.

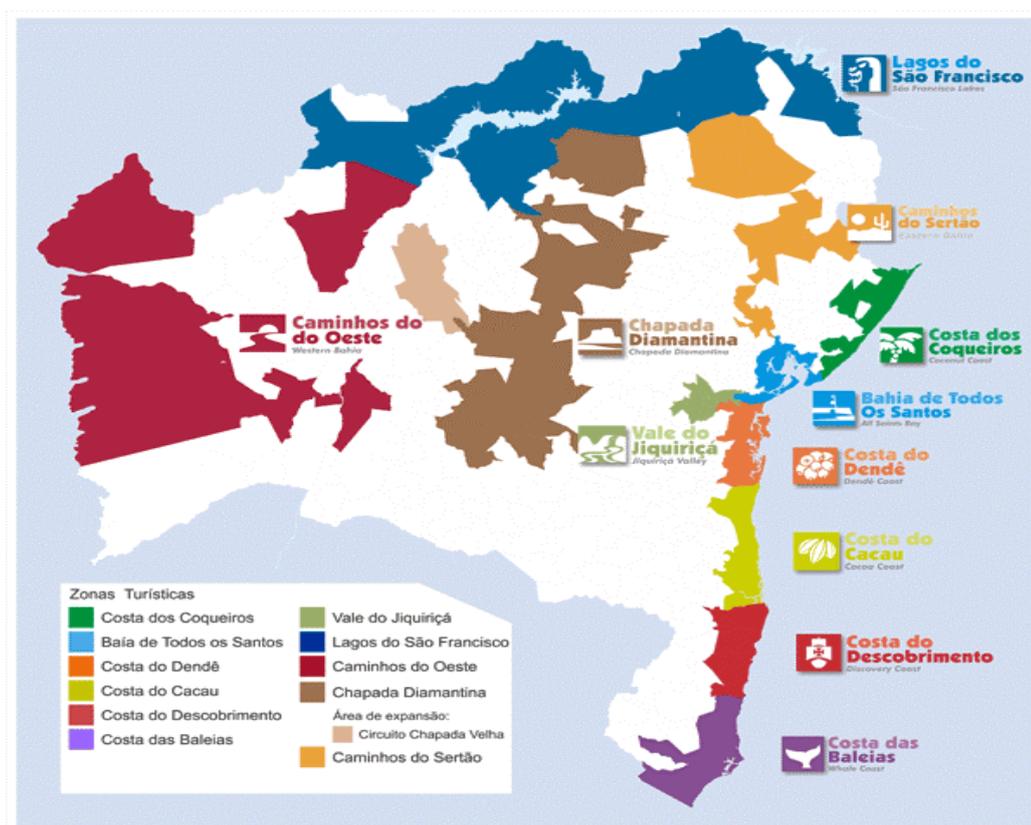


Figura 2. Mapa das Zonas Turísticas do Estado da Bahia.

Fonte: BAHIA, Secretaria da Cultura – PRODETUR – 2005.

Tal regionalização foi realizada com o intuito de promover a atividade turística e zelar pela ocupação legal das áreas onde são implantados os equipamentos dessas atividades, sendo sua gestão uma atribuição dos órgãos estaduais e municipais do meio ambiente. Por isso, foram priorizadas as aplicações e a divulgação da legislação no controle da expansão de

pequenos e médios empreendimentos, além de criadas áreas de proteção ambiental, com o intuito de solucionar os entraves relacionados ao desenvolvimento do turismo nas regiões e proteger os recursos existentes.

Atualmente, todo o litoral baiano encontra-se legalmente protegido. As Áreas de Proteção Ambiental (APAs) compreendem uma faixa que tem como limite leste o oceano Atlântico, estendendo-se para o oeste, desde o preamar, numa largura de 10 km. As APAs foram instituídas pelo poder público, e em sua constituição não é demandada a desapropriação das áreas, mas está previsto o uso sustentável dos recursos naturais disponíveis em seus limites.

Com a criação, no Litoral Norte, da Zona Turística da “Costa dos Coqueiros”, a região norte da cidade de Salvador, que compreende a faixa litorânea entre os municípios Lauro de Freitas e Entre Rios, integrou-se ao circuito turístico do estado, onde políticas públicas específicas direcionaram as atividades turísticas nas premissas do desenvolvimento sustentável.

Foram necessários investimentos governamentais em infra-estrutura, como saneamento básico, revitalização do patrimônio histórico e construção de estradas de acesso (BA-099, linha verde, concluída em 1993). Essas ações incentivaram a implantação de empreendimentos, desde simples pousadas até *resorts* de nível internacional, como é o caso dos empreendimentos Praia do Forte Resort e do Complexo Turístico-Hoteleiro da Costa do Sauípe.

Este estudo enfoca, principalmente, dois municípios que recebem diretamente as influências do Empreendimento Turístico Costa do Sauípe, detalhados na seção adiante. São eles:

- o município de Entre Rios, criado em 1872, localizado a 134 quilômetros da

cidade de Salvador. Possui uma área de 1.236 quilômetros quadrados e, segundo dados de 2004 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua população era de 42.538 habitantes, sendo 23.019 da área urbana e 19.519 da área rural. É o maior município da região em relação à área e à população. Nele está inserida a comunidade de Porto de Sauípe, objeto de nosso estudo; e

- o município de Mata de São João, que possui uma área de 670 quilômetros quadrados e contava com uma população de 33.611 habitantes em 2004, dos quais 24.969 são residiam na área urbana, segundo dados do IBGE.

Os atrativos diferenciais encontrados na Costa dos Coqueiros propiciam a prática do ecoturismo, que utiliza o potencial turístico das belezas naturais da região, e a prática das categorias de turismo de lazer e negócios, devido à oferta de infra-estrutura de padrão internacional oferecida pelos hotéis e *resorts*.

O investimento governamental na área direcionou grande parte de seu orçamento para o município de Mata de São João, que, com a realização da construção de um sistema de esgotamento sanitário, proporcionou benefícios também para as comunidades de Porto de Sauípe e Vila Sauípe.

Segundo dados da BAHIAATURSA (2000), a indústria turística responde por cerca de 6,8% do PIB baiano e foi priorizada como indústria propulsora do desenvolvimento do estado.

4. O COMPLEXO TURÍSTICO-HOTELEIRO DA COSTA DO SAUÍPE

Localizado no município de Mata de São João, o Complexo Turístico-Hoteleiro da Costa do Sauípe é considerado o maior pólo de turismo, lazer e negócios da América do Sul. Tem como principal acesso a rodovia BA-099, também conhecida como Linha Verde, dista 76 quilômetros do Aeroporto Internacional de Salvador Luís Eduardo Magalhães, e abrange uma área de 1.755 hectares da fazenda Sauípe, entre os quais seis quilômetros são de faixa litorânea. O empreendimento integra o Centro Turístico Forte-Sauípe e localiza-se na Zona Turística Litorânea da Costa dos Coqueiros.

A fazenda Sauípe, onde foi implantado o complexo turístico, pertencia à Construtora ODEBRECHT S.A. e caracterizava-se, desde sua aquisição, em 1949, por suas atividades agropecuárias e sua abundância de recursos hídricos (rios Sauípe e Santo Antônio), além de possuir áreas representativas de Mata Atlântica.

Do empreendimento construído, a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI) possui 96,7%, o que representa um investimento na ordem de R\$ 450 milhões. Os restantes 3,3% pertencem à Construtora ODEBRECHT S.A. A administração é feita pela empresa Sauípe S.A., criada exclusivamente para tal fim (SILVA, 2003, p.55).

O Complexo Turístico foi concebido para ser concluído num prazo de vinte anos, direcionado para os mercados nacional e internacional. Está prevista, na conclusão de seu projeto, a disponibilização de 62 hotéis, classificados em categorias entre três a cinco estrelas, 60 pequenas pousadas (máximo de cinquenta unidades habitacionais cada), quatro áreas de *camping*, casas comerciais, restaurantes, equipamentos esportivos, culturais e de entretenimento.

A estrutura do empreendimento, de acordo como o seu plano diretor, está dividida em vilas temáticas, classificadas de acordo com a sua localização; nelas serão construídos todos os hotéis pousadas do complexo. As vilas constituem núcleos independentes com características e equipamentos turísticos distintos. São elas: Vila Nova da Praia, Vila da Colina, Vila Ecológica, Vila do Porto e Vila Agrícola.

Para complementar os atrativos turísticos das vilas, foram criados cinco centros especializados em entretenimento e esportes (Centros Equestre, de Tênis, Náutico, Poliesportivo e o Campo de Golfe), localizados dentro do complexo em posições estratégicas para a diversificação do espaço e a movimentação do fluxo interno dos visitantes.

Com o objetivo de oferecer um suporte técnico/operacional para os atrativos das Vilas e dos Centros do Complexo, foram construídas estações de apoio de acordo com as necessidades dos equipamentos turísticos instalados. São elas:

- a estação de tratamento e distribuição de água (ETA);
- a subestação de energia elétrica da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA);
- a estação de transbordo;
- a lavanderia; e
- o residencial para os funcionários do complexo.
- A primeira etapa do projeto foi inaugurada no segundo trimestre de 2000, inicialmente com a abertura de cinco hotéis de categoria superior, seis pousadas temáticas, o Campo de Golfe, o Centro de Tênis e o Centro Equestre.

A Vila Nova da Praia foi a primeira vila a ser inaugurada no complexo e possui,

além de infra-estrutura de eventos e de lojas, seis pousadas temáticas. São elas: Pousada Aldeia, Torre, Carnaval, Pelourinho, Agreste e Gabriela.

O tempo médio de estada dos hóspedes no complexo é de três a quatro dias. O complexo tem como principal mercado emissor nacional o Estado de São Paulo, e os baianos representam apenas 2% de sua ocupação. O *resort* é o maior gerador de demandas turísticas da Zona dos Coqueiros, devido a sua quantidade de unidades habitacionais e a oferta de equipamentos turísticos. A infra-estrutura básica para a implantação do empreendimento foi realizada pelo Governo do Estado da Bahia, de acordo com as políticas de incentivo às atividades turísticas no Litoral Norte. Os maiores investimentos foram feitos nos sistemas de saneamento básico e de transporte.

No que se refere ao sistema de transporte, o marco principal foi a construção da rodovia BA-099 (Linha Verde), concluída em 1993, que possibilitou o acesso e o desenvolvimento do sistema de transporte rodoviário na região. A integração ao sistema aeroviário também representou fator positivo para o desenvolvimento das atividades turísticas, uma vez que o empreendimento está a uma distância do setor aeroviário aceitável pelos turistas.

O sistema de saneamento também representou obra essencial para o desenvolvimento sustentável da atividade turística; foi construído no município de Mata de São João para atender ao Complexo Sauípe, à Vila Sauípe e à comunidade de Porto de Sauípe, limítrofe do empreendimento, no município vizinho de Entre Rios.

O projeto do complexo foi apoiado tecnicamente por especialistas internacionais e concebido com o objetivo de tornar o empreendimento um lugar de lazer integrado com a cultura e o meio ambiente. Construído numa Área de Proteção Ambiental e cercado de populações tradicionais, o empreendimento é gerido por uma diretoria que atualmente estuda maneiras de reduzir ao máximo os impactos socioambientais causados por sua construção e,

com essa preocupação, procura agir de forma socialmente responsável, promovendo o desenvolvimento sustentável de seu entorno.

No entanto, para que a Sauípe S.A. ponha em prática a concepção de um empreendimento direcionado ao turismo sustentável, é necessário também reforçar as iniciativas de projetos junto às comunidades locais, para que não sejam apenas expectadoras das transformações trazidas pelo complexo, mas que possam participar ativamente das ações integradas e projetos com vistas à melhoria efetiva das condições de vida das comunidades em seu entorno (SILVA, 2003, p.64).

5. TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E AMBIENTAIS EM PORTO DE SAUÍPE

A região do povoado de Porto de Sauípe caracteriza-se ambientalmente pela presença de pequenas fazendas de gado, por uma área de reflorestamento e por minifúndios de subsistência, tendo como principal recurso hídrico o rio Sauípe. Em sua extensão, apresenta trechos de mata ciliar e serve como divisa natural entre os municípios de Entre Rios e Mata de São João. Limita-se com o empreendimento turístico e foi escolhida como local de apoio para sua construção em decorrência de possuir, à época, as melhores condições de infra-estrutura em relação às outras comunidades.



Foto 1 - Rodovia de acesso a Porto de Sauípe.



Foto 2 - Rua principal de Porto de Sauípe.

Porto de Sauípe foi a comunidade que recebeu o maior contingente populacional. Ali foram instalados, a partir de 1998, início da construção, mais de 2 mil funcionários da Construtora Norberto Odebrecht (CNO) e de suas subcontratadas. Sem que tivesse sido preparada para tal, a comunidade de Porto de Sauípe absorveu significativo número de trabalhadores da construção civil e desenvolveu comércio informal para suprir as demandas do contingente de habitantes temporários.

Porto de Sauípe já vinha atraindo, anteriormente, com sua vocação natural,

veranistas e turistas que, de alguma forma, conviviam com a comunidade local sem maiores disfunções. O cíclico fluxo de turistas que praticavam *camping* não comprometia os recursos naturais e nem alterava a estrutura social do município. Com a inauguração da Linha Verde, que melhorou o acesso local, e a construção do empreendimento turístico Costa do Sauípe, houve um largo incremento no fluxo turístico da região e um conseqüente impacto socioambiental e econômico proporcional (SILVA, 2003).



Foto 3 - Construção desordenada em Porto do Sauípe



Foto 4 - Progresso (antena parabólica e TV a cabo).

As principais transformações socioambientais caracterizam-se, prioritariamente, pelo processo desordenado do uso e da ocupação do solo urbano e pelas condições de trabalho originadas pela atividade turística, que é sazonal. O primeiro reflexo percebido com a instalação do empreendimento foi uma sistemática especulação imobiliária, que valorizou a maioria das construções, como casas de veraneio, e dos estabelecimentos hoteleiros e estimulou o êxodo de muitos integrantes da comunidade.

O crescimento populacional trouxe conseqüências ambientais, sobretudo na área dos manguezais, onde largas regiões foram aterradas para uso da construção civil.

Em estudo realizado pelo Centro de Recursos Ambientais da Bahia (CRA), no papel

de gestora da APA Litoral Norte, foi produzido um relatório que enfoca os problemas conjunturais provocados pela instalação do empreendimento tanto nas comunidades de Porto de Sauípe como no meio ambiente próximo ao seu entorno. São pontuadas, a seguir, com base naquele relatório, as mudanças mais significativas observadas na comunidade:

- aumento populacional desordenado;
- aumento real de contingente populacional sem ocupação definida;
- aumento da violência urbana, da prostituição e dos roubos;
- evasão dos trabalhadores em atividades tradicionais para os da construção civil ou de bens e serviços;
- inflação, especulação imobiliária; e
- descaracterização cultural.

São observados, também, alguns impactos positivos ocorridos na comunidade, como:

- crescimento da atividade comercial;
- coleta regular de lixo doméstico;
- capacitação profissional, mediante treinamentos voltados para a indústria turística; e
- melhoria no serviço de distribuição de água.

Em relação aos impactos ambientais, o Relatório CRA 1317/2000 Bahia (2000), aponta na comunidade de Porto de Sauípe e em seu entorno, entre outros, os seguintes impactos negativos:

- supressão da vegetação típica da restinga;

- impermeabilização do solo;
- construção de valas para águas pluviais no braço do rio Santo Antônio;
- afugentamento da fauna existente;
- lixo doméstico nas margens dos rios Santo Antônio e Sauípe;
- alteração da morfologia das dunas;
- remoção de vegetação para abertura de vias de transporte;
- erosão;
- lançamento de efluentes no córrego da bacia do rio Sauípe;
- retirada da vegetação nativa; e
- contaminação do rio Sauípe por coliformes fecais.

6. O PROGRAMA BERIMBAU DE AUTO-SUSTENTABILIDADE DA COSTA DO SAUÍPE

O objetivo deste capítulo é descrever as ações do Programa Social Berimbau de Auto-Sustentabilidade da Costa do Sauípe, na comunidade de Porto de Sauípe, focalizando especialmente os objetivos originais do programa, compreendendo o contexto sociocultural e econômico onde está inserido.

O Complexo Turístico-Hoteleiro da Costa do Sauípe tornou-se atualmente o principal agente de transformação socioambiental para as comunidades tradicionais do Litoral Norte da Bahia, principalmente para a comunidade de Porto de Sauípe. Caracterizada anteriormente como uma vila de pescadores, tal comunidade praticava atividades econômicas primárias, como a pesca, a mariscagem, a produção de artesanato de palha e a exploração do turismo ecológico (em baixa escala de exploração).

A Sauípe S.A., gestora do empreendimento turístico-hoteleiro da Costa do Sauípe, preocupada em promover o desenvolvimento e melhorar a qualidade de vida das populações afetadas socioambientalmente pela instalação do *resort*, articulou a formação de uma parceria entre a Fundação Banco do Brasil e a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI), para a obtenção de recursos financeiros e humanos para operacionalizar um programa social destinado à sustentabilidade das comunidades da região.

A concepção do Programa Berimbau veio da necessidade de sistematizar várias demandas das comunidades em relação aos impactos socioambientais causados pela instalação do complexo turístico. Inicialmente pela urgência de atendimento foi criado o Programa de Desenvolvimento Sustentável (PROTURIS), que logo em seguida foi chamado de Programa Berimbau.

Instituído em julho de 2003, o Programa Social Berimbau de Auto-Sustentabilidade da Costa do Sauípe, tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável da região e integrar as comunidades tradicionais às benesses advindas com a instalação do empreendimento. O programa tem como pilar o investimento em iniciativas sustentáveis que tenham sinergia com o turismo, o meio ambiente e com o fortalecimento das potencialidades locais (FBB, 2003, p.23).

Além da melhoria em sua imagem institucional, com a intervenção de práticas socioambientalmente corretas junto aos seus públicos de interesses, o empreendimento turístico procura alternativas para manter seus clientes e preservar seu entorno. Essa preocupação respalda-se na premissa de que o seu produto negociável constitui-se da paisagem e da cultura local. No entanto, observa-se uma ambigüidade nas intenções da direção do empreendimento no que se refere à construção de uma boa imagem institucional, para aumentar sua clientela, e à conservação do seu *locus*, para evitar a degradação tanto humana como ambiental, indispensável à sua atividade.

O programa possui os seguintes objetivos principais:

1. auxiliar a gestão da responsabilidade socioambiental e o desenvolvimento igualitário das comunidades;
2. induzir o desenvolvimento e o fortalecimento da cultura associativista;
3. reduzir a exclusão social, mediante de atividades econômicas solidárias;
4. ser canal de participação e organização popular;
5. desenvolver a capacidade empreendedora nos produtores locais; e
6. prestar apoio técnico, gerencial e de capacitação para os empreendedores locais (FBB, 2000, p.5).

Sua operacionalização enquadra-se na perspectiva de reduzir a exclusão social, com a criação de trabalho e renda para as comunidades, proporcionando melhorias na qualidade de vida e na preservação ambiental da região. A primeira proposta do programa é implantar nas comunidades uma rede de inclusão social, para o desenvolvimento de atividades produtivas, a

partir da vocação e da potencialidade de cada comunidade (FBB, 2001). Com esse direcionamento estratégico, o programa promove a articulação de ações que anteriormente eram desenvolvidas de forma isolada, potencializando os recursos disponíveis no local e a busca de parcerias.

O Programa Berimbau é formado por um conjunto de projetos desenhados especificamente para cada comunidade de acordo com suas potencialidades. Para essa escolha são observadas a capacidade produtiva e operacional de cada comunidade e as demandas de mercado advindas da atividade turística. As comunidades são orientadas e capacitadas para a produção de bens e serviços que serão consumidos pelo empreendimento.

A seguir, destacam-se ações do Programa Social Berimbau de Auto-Sustentabilidade da Costa do Sauípe desenvolvidas nas comunidades que interagem diretamente com o empreendimento turístico da Costa do Sauípe. São elas:

- atividades produtivas com base na agricultura orgânica e familiar;
- atividades de pesca e mariscagem;
- incentivo ao artesanato típico regional;
- manejo e criação de pequenos animais;
- implementação de centro de abastecimento com retroalimentação de produção;
- introdução da indústria de confecções "Moda Praia", com o desenvolvimento de marcas da região;
- desenvolvimento de projetos de aproveitamento e reciclagem de sobras de processos produtivos, sobretudo as da atividade turística;
- preservação e disseminação da cultura local e desenvolvimento de valores artísticos; e

- estímulo à educação, ao esporte e ao lazer.

Em Porto de Sauípe, as atividades priorizadas são a agricultura familiar, a produção e comercialização do artesanato local, bem como a revitalização da atividade pesqueira. São elas:

- Usina de Reciclagem de Lixo Orgânico;
- Unidade de Produção e Comercialização de Produtos Artesanais;
- Escola Meninos do Porto; e
- Centro Comunitário – (Programa BB Educar; Escola de Informática; Escola de Capoeira, Encontros de Samba de Roda).

Segundo estimativa da Fundação Banco do Brasil (FBB, 2001), quando em seu completo funcionamento, o programa beneficiará mais de 10 mil habitantes dos municípios de Mata de São João e Entre Rios. As comunidades beneficiadas são: Areal, Canoas, Curralinho, Diogo, Estiva, Porto de Sauípe, Vila Santo Antônio e Vila Sauípe, todas localizadas na circunvizinhança do empreendimento turístico da Costa do Sauípe.

Diversos produtos (de artesanato, os hortifrutigranjeiros e os peixes, entre outros) produzidos pelas comunidades serão negociados em conjunto com o empreendimento e serão destinados ao consumo dos hóspedes. Além da comercialização dos bens, o aproveitamento da mão-de-obra local também é objetivo do programa. As comunidades são capacitadas para suprir a demanda dos postos de trabalho ofertados pelo empreendimento. A capacitação possui papel fundamental tanto para o ingresso no mercado de trabalho como para a conservação ambiental da região.

De acordo com as diretrizes do programa (FBB, 2001), fica claro o estímulo ao associativismo e à economia solidária. O conceito de desenvolvimento comunitário integrado

e sustentável é proposto no programa com a finalidade de fortalecer as atividades econômicas da região e promover, nas comunidades, as atividades potenciais e tradicionais.

Pode-se inferir que dentro de uma perspectiva de uma relação econômica de solidariedade no campo do trabalho e renda, o direito de ser cidadão, criativo, trabalhador, ético, sensato e participativo é bem maior que em se limitando a produção à mera acumulação individual e egoísta, onde poucos ganharão e todos perderão. Busca-se então o caminho da sustentabilidade comunitária, a exemplo das associações, cooperativas e outras (FBB, 2001, p.37).

O programa propõe que a escolha das atividades produtivas devem ser feitas em conjunto com a comunidade, observando-se sua capacidade técnica, gerencial e, principalmente, sua exequibilidade. Propõe também um modelo de gestão participativa na tentativa de evitar uma práxis distante da realidade sociocultural da comunidade. Todo processo de escolha é fundamentado no tripé do desenvolvimento sustentável – economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto.

6.1 AÇÕES DO PROGRAMA BERIMBAU NA COMUNIDADE DE PORTO DE SAUÍPE

A região impactada apresenta características típicas de um processo de desenvolvimento, em que predominam baixos níveis socioeconômicos e infra-estrutura precária.

Os recursos ambientais e a cultura local são os principais atrativos da região. Caso não sejam conservados, potencializarão a fragilidade social e, como resultado, declinarão a atividade turística num ciclo vicioso de degradação. Essa situação exige ações de planejamento e controle por parte do Estado em conjunto com as empresas envolvidas no

processo exploratório da atividade turística, conscientizadas da importância de sua postura socioambiental para a perenização de seus negócios.

Observa-se no Litoral Norte da Bahia e especificamente na região do Complexo Turístico-Hoteleiro da Costa de Sauípe uma variedade de atrativos turísticos suficientemente competitivos para alavancar o desenvolvimento socioeconômico da região. Ao lado desse potencial já se observam estruturas sociais, governamentais e privadas conscientizadas em promover mecanismos institucionais para garantir a atividade turística como sustentável.

O programa contempla diversas ações apoiadas no desenvolvimento sustentável. Algumas ações já existiam antes da institucionalização do Programa Berimbau e foram adotadas com o intuito de promover o seu crescimento. Os principais projetos desenvolvidos na comunidade de Porto de Sauípe são:

a) BB Educar - Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos

Programa de alfabetização de jovens e adultos, feito por educadores do Banco do Brasil, que consiste na formação de alfabetizadores locais, que assumem o compromisso de constituir núcleos de alfabetização em suas comunidades. A metodologia se baseia nos princípios da pedagogia de Paulo Freire, segundo a qual a prática é baseada na leitura do mundo, considerando-se a realidade do educando e a do educador. Pressupõe, assim, uma construção participativa que tenta resgatar, entre esses sujeitos, sua cultura e sua auto-estima.

A proposta do BB Educar identifica-se com os princípios filosóficos e pedagógicos de educação, concebidos por Paulo Freire, os fundamentos epistemológicos do processo de conhecimento, da psicopedagoga Emília Ferreiro e com a realidade histórica, política, socioeconômica e cultural do alfabetizando, considerados por Vigotsky (FBB, <<http://www.fbb.org.br/portal/pages/publico>> acessado em 02.01.2006).

Tendo como público-alvo jovens e adultos não alfabetizados, a partir de 14 anos e sem limite máximo de idade, o programa objetiva diminuir o índice de analfabetismo e envolver as comunidades no exercício da cidadania, além de incentivar os participantes de que ingressem em cursos supletivos ou de ensino fundamental.

A viabilização do programa se dá mediante parcerias e convênios com todas as esferas do setor público, organizações sem fins lucrativos, associações de moradores e entidades diversas.

O período do processo alfabetizatório varia entre seis e oito meses, e as atividades do alfabetizador são desenvolvidas em caráter voluntário, sem remuneração. O acompanhamento das turmas de alfabetização é realizado por um coordenador pedagógico da própria comunidade.

Além da alfabetização, experiências relevantes surgiram em diversas comunidades, reafirmando os objetivos e princípios filosóficos do programa, que não se limita ao ensino da leitura e da escrita. Algumas dessas iniciativas, que nasceram a partir do exercício da cidadania por meio da leitura e da escrita, são: formação de associações de moradores, estimulando o trabalho comunitário e o associativismo; criação de horta comunitária; cursos pós-alfabetização; cursos profissionalizantes; criação de pequenas fábricas (FBB, <<http://www.fbb.org.br/portal/pages/publico>> acessado em 03.01.2006).

b) Centro de Inclusão Digital – Escola de Informática

O projeto tem como objetivo combater a exclusão social mediante a inclusão digital; atende, prioritariamente, a população de baixa renda de comunidades interioranas ou localizadas nas periferias das grandes capitais das regiões Norte e Nordeste que não tenham acesso às tecnologias da informação. Segue o mesmo pressuposto do Programa BB Educar na instituição de parcerias locais para sua operacionalização.

Suas ações consistem na disponibilização de centros de informática, chamados de Unidades de Estação Digital, que são equipadas com computadores com acesso à internet e contam com a formação de monitores voluntários. Com isso, o programa propicia o acesso do computador ao cotidiano das comunidades, criando, dessa forma, novas perspectivas de empregabilidade e a conseqüente melhoria na qualidade de vida da população atendida.

A Estação Digital chega para reduzir as desigualdades e para democratizar as oportunidades. Em cada Unidade, educadores voluntários treinados auxiliam, informam e capacitam a população interessada em acessar os diversos portais que se abrem dentro da internet. Administradas e zeladas pela própria comunidade, cada Estação Digital nasce com a missão de ser uma unidade auto-sustentável, garantindo a sua continuidade a partir das potencialidades existentes em cada região. (FBB, <<http://www.fbb.org.br/portal/pages/publico>> acessado em 02.01.2006).

c) Escola Meninos do Porto

Criada pela iniciativa da comunidade, a Escola Meninos do Porto desenvolve os processos educacionais da pré-escola como preparação para o ensino fundamental. É considerada uma escola de qualidade e utiliza o método construtivista em seu projeto político pedagógico.

Em parceria com a Associação dos Moradores de Sauípe, a escola funciona em prédio cedido por particulares e atende, em suas oito turmas, cento e doze crianças, de quatro a oito anos.

O projeto complementa as despesas de manutenção da escola, auxiliado por doações internacionais. Entre outros problemas, são identificadas a falta de registro e a necessidade da construção de sede própria.

d) Centro Comunitário de Porto de Sauípe

Em parceria com a Associação dos Moradores de Porto de Sauípe e o Programa Berimbau, o Centro Comunitário de Porto de Sauípe caracteriza-se como um espaço para o desenvolvimento de atividades educativas e de entretenimento. O projeto reformou um antigo clube da cidade, disponibilizando para a população um espaço que abriga a Estação Digital (Telecentro Comunitário) e onde são realizadas ações de capacitação como cursos de alfabetização de adultos, línguas estrangeiras e cursos profissionalizantes.

O local representa um espaço adequado para as reuniões das associações e das cooperativas, tornando-se referência para a comunidade de Porto de Sauípe. Nos finais de semana, são realizados eventos culturais e prática de esportes, como o samba de roda e a capoeira.

e) Unidade de Produção e Comercialização de Produtos Artesanais

O Programa Berimbau firmou parceria com a Associação dos Artesãos do Porto de Sauípe (APSA) para construir as instalações de sua sede. Foi construído o Centro de Artesanato, que é uma unidade de produção e comercialização dos produtos confeccionados pelos cooperados, com o objetivo de viabilizar sua produção de forma mais eficiente, padronizada e de qualidade. A APSA tornou-se na região unidade de referência na produção e na comercialização de produtos de artesanato feitos com trançado de piaçaba.

Com a modernização e a padronização das peças, mediante capacitações em *design*, foi agregado valor ao produto, que o tornou competitivo nos mercados nacionais e

internacionais. Noções de empreendedorismo e técnicas de extração sustentável da matéria-prima utilizada também foram trabalhadas com o grupo.

As mercadorias atualmente são vendidas na sede da Associação e na Loja dos Artesãos, na Vila Nova da Praia, dentro do Complexo Turístico-Hoteleiro da Costa do Sauípe.

Outro aspecto a ser observado na dinâmica da Associação foi a promoção, feita por meio de *folders* institucionais do empreendimento, para a conquista de novos mercados e a valorização do trabalho artesanal tradicional da comunidade. O exemplo da APSA estimulou a formação de outras cooperativas dentro da comunidade e consolidou o associativismo como propulsor do desenvolvimento local.

f) Usina de Reciclagem de Lixo Orgânico e caminhão basculante

Em volume de investimentos, este é o maior projeto do Programa Social Berimbau de Auto-Sustentabilidade da Costa do Sauípe, sendo responsável pela construção de uma usina de processamento e compostagem de lixo, para transformá-lo em adubo orgânico. O investimento do projeto contou com a construção de toda a infra-estrutura da usina e com a aquisição dos equipamentos de processamento e apoio, como o maquinário e o laboratório de análise da qualidade do produto final. Para a operacionalização do projeto foi criada a Cooperativa de Reciclagem e Compostagem da Costa dos Coqueiros (VERDECOOP), que conta com a participação de vinte cooperados.

O compromisso com a sustentabilidade exigiu dos hotéis do complexo uma solução que ultrapassa o envio do lixo para as áreas de aterro sanitário. O objetivo principal da usina é reciclar todo o lixo produzido pelo complexo turístico, para diminuir o impacto ambiental e gerar renda para a comunidade mediante a comercialização do adubo orgânico. A capacidade

operacional do empreendimento chega a 240 toneladas de lixo por mês que seriam despejados no aterro sanitário de Porto de Sauípe.

No próximo capítulo apresenta-se o detalhamento dos procedimentos metodológicos adotados na realização da pesquisa e os conceitos de avaliação de projetos e programas sociais que nortearam o estudo.

7. METODOLOGIA

Neste capítulo, são descritos os procedimentos metodológicos utilizados na realização da pesquisa empírica sobre a avaliação dos resultados dos projetos implementados pelo Programa Berimbau na comunidade de Porto de Sauípe.

7.1 Características da pesquisa

O estudo de avaliação de programas e projetos sociais envolve diversos atores e diferentes perspectivas de observação, requerendo, dessa forma, em decorrência de sua complexidade, uma abordagem holística do objeto estudado. O processo avaliativo consiste na formulação de hipóteses ou questões a respeito dos aspectos do programa que se deseja avaliar, e essa definição direciona as escolhas da abordagem metodológica, das variáveis e dos indicadores que serão utilizados.

Devido às suas diversas abordagens, o processo avaliativo tornou-se complexo e abrangente, especialmente quando trata de ações sociais. Por outro lado, a avaliação representa um instrumento imprescindível na gestão de projetos sociais, seja para adequar alguma disfunção observada ou até mesmo para cumprir a exigência de algum interveniente do projeto.

Segundo Richardson (1999), para a realização da avaliação de um projeto social, pode-se lançar mão dos métodos utilizados nas pesquisas qualitativas e nas quantitativas, que se diferenciam pela metodologia e, sobretudo, pela forma de abordagem do problema.

Uma das preocupações quanto ao processo avaliativo de projetos sociais é que, por sua própria natureza, os aspectos qualitativos tendem a prevalecer sobre os quantitativos. Para

Reis (2003), determinar os parâmetros de análise se constitui no primeiro desafio para a avaliação efetiva de um projeto social, uma vez que abordam temas amplos, como qualidade de vida, inserção no mercado de trabalho, cidadania, impactos ambientais e até mesmo a construção de um ambiente social mais justo.

Na realização deste trabalho, além da avaliação qualitativa, foi realizado um levantamento quantitativo dos indicadores que mensuram o atingimento dos objetivos do Programa Berimbau na comunidade de Porto de Sauípe. Optou-se também, pelas técnicas indicadas para um estudo de caso que, segundo Goldenberg (2003), se tornou uma das principais modalidades de pesquisa no campo das ciências sociais e se constitui em uma análise que considera a unidade estudada como um todo, observando além dos dados estatísticos a percepção dos participantes.

Noll (2002), classifica os indicadores sociais como “objetivos” quando representam estatisticamente os fatos sociais ocorridos independentemente de avaliações pessoais, e indicadores “subjetivos” quando as condições sociais são medidas e analisadas mediante as percepções e avaliações individuais. Por isso, num processo avaliativo a qualificação de valores e a quantificação dos resultados subsidiam o direcionamento estratégico que deve ser tomado para o alcance dos objetivos propostos e esse aspecto reforça sua importância.

Esta pesquisa também é classificada como um estudo de caso realizado na comunidade de Porto de Sauípe e estruturado em duas etapas. A primeira compreende uma pesquisa de campo de cunho qualitativo, realizada no período de outubro a dezembro de 2005, com aplicação de entrevistas semi-estruturadas com perguntas abertas, conforme roteiro encontrado no anexo I.

Em seguida, com os subsídios obtidos mediante a análise das entrevistas realizadas, foi elaborado um questionário para a avaliação quantitativa do grau de atingimento dos objetivos do programa. Este questionário foi aplicado na segunda fase da pesquisa de campo,

no mês de abril de 2006, por meio de entrevistas. Sua construção foi norteadada pelo referencial teórico da pesquisa, e seu modelo pode ser encontrado no anexo II.

A análise das metodologias qualitativa e quantitativa teve como objetivo proporcionar ao pesquisador uma compreensão mais clara do caso estudado. A interpretação dos resultados foi realizada com base na análise conjunta das percepções dos atores envolvidos.

Esta pesquisa também é classificada como participativa, pois incorpora a perspectiva das populações beneficiadas na análise de aspectos e problemas relacionados ao planejamento, à execução e aos resultados do projeto. As avaliações participativas, segundo Cohen (1984), procuram superar algumas deficiências das abordagens tradicionais, abrindo canais de participação entre os usuários e os gestores.

Outro aspecto observado no delineamento deste estudo foi a construção de um plano de pesquisa com direcionamento metodológico voltado para responder as perguntas do investigador. Para tanto, foram seqüenciados os procedimentos metodológicos de acordo com os tópicos listados a seguir:

- delimitação da área de estudo;
- levantamento das características da população estudada;
- coleta de dados;
- análise dos dados;
- quantificação e avaliação de resultados.

Vale ressaltar que a construção de um plano de pesquisa requer do investigador “uma idéia muito clara da *rationalia* de sua pesquisa, bem como a capacidade de especificar as análises que devem ser realizadas, garantindo que a teoria, a coleta, a análise e a interpretação dos dados estejam integrados” (FRANCO, 2003, p.12).

7.2 População pesquisada

Dadas a abrangência territorial da Área de Proteção Ambiental (APA) Litoral Norte e a influência do Projeto Turístico-Hoteleiro da Costa do Sauípe, que compreende tanto as localidades pertencentes ao município de Mata de São João (Santo Antônio, Diogo, Areal, Curralinho e Vila Sauípe) como as do município de Entre Rios (Porto de Sauípe e Canoas), foram utilizados critérios geográficos e socioculturais para se delimitar o universo estudado.

Para efeito desta pesquisa, a comunidade de Porto de Sauípe serviu como exemplo representativo das oito comunidades tradicionais impactadas pelo empreendimento turístico, constituindo-se em universo de amostra desta investigação. A escolha de Porto de Sauípe, em relação às demais comunidades, para a realização da pesquisa, respalda-se nos seguintes fatores:

- maior número de habitantes;
- tecido urbano mais elaborado; e
- o fato de ter recebido influência direta do empreendimento desde sua instalação, com a recepção de mão-de-obra temporária para sua construção.

Por ser de caráter exploratório, os participantes da pesquisa foram selecionados de acordo com os seguintes critérios:

- pelo fato de que eles são moradores da comunidade de Porto de Sauípe; e
- pelo fato de que eles estão participando direta ou indiretamente de algum dos projetos do Programa Social Berimbau de Auto-Sustentabilidade da Costa do Sauípe na comunidade de Porto de Sauípe.

A primeira etapa da pesquisa de campo, caracterizada como qualitativa, foi realizada com dezesseis respondentes, entre participantes diretos e indiretos do programa, com o intuito de captar a percepção dos diversos públicos que se relacionam com o Programa. Em seguida, mostra-se como foi realizada a distribuição:

- dois participantes do *trade* turístico local;
- quatro cooperados da Associação de Artesãos de Porto de Sauípe (APSA);
- dois cooperados da usina de reciclagem de lixo orgânico;
- um representante da Gerência de Gestão Socioambiental do Complexo Hoteleiro da Costa do Sauípe;
- um representante do Banco do Brasil da Agência Costa do Sauípe;
- dois moradores da comunidade de Porto de Sauípe;
- um representante do Centro Comunitário de Porto de Sauípe;
- um representante da loja de artesanato da Vila Nova da Praia;
- um participante de curso de capacitação oferecido pelo Centro Comunitário; e
- um participante da cooperativa de pesca.

A segunda etapa da pesquisa, de cunho quantitativo, foi realizada no período de 8 a 12 de abril de 2006, com a aplicação de 51 questionários, por meio de entrevistas com participantes diretamente envolvidos nos projetos do programa na comunidade de Porto de Sauípe. O objetivo dessa etapa é mensurar entre o grau de impacto percebido pelos respondentes em relação aos objetivos do programa.

Considerando-se o número total de 96 participantes diretos dos projetos na comunidade, entre cooperados, contratados e associados, a amostra dos respondentes na segunda etapa corresponde ao percentual de 53,12%. A escolha dos respondentes foi feita por

conveniência entre o universo de interesse, observando-se a disponibilidade e a presença em seu local de trabalho.

Destacam-se deste universo 8 cooperados da usina de lixo orgânico; 7 empregados da Escola Meninos do Porto; 4 monitores da Associação dos Moradores de Porto de Sauípe (Telecentro de Inclusão Digital e Escolinha de Capoeira); 9 associados da Associação dos Moradores de Porto de Sauípe; e 23 cooperados da APSA (Associação dos Artesãos de Porto de Sauípe).

Vale ser ressaltado que as entrevistas foram aplicadas nas sedes dos projetos pelo próprio pesquisador.

7.3 Procedimento de Coleta e Registro dos Dados

Os dados primários foram coletados, em campo, no período de outubro de 2005 a abril de 2006, caracterizando a pesquisa como de corte transversal. Observa-se também a importância das indicações de Rossi e Freemam (1989), a respeito do isolamento das variáveis externas, para que se possa fazer uma leitura fiel dos resultados positivos e dos negativos advindos da implantação do programa.

As pesquisas de campo para a coleta dos dados primários constituem a segunda etapa da pesquisa, realizada em duas fases. Na primeira delas, foram realizadas dezesseis entrevistas individuais semi-estruturadas, com o objetivo de identificar a percepção dos participantes e da comunidade em relação aos projetos do programa desenvolvidos na comunidade de Porto de Sauípe.

Na realização das entrevistas, inicialmente foram explicitados o objetivo da pesquisa, a importância da contribuição individual de cada respondente e a confidencialidade

das respostas obtidas, com o objetivo de reforçar o relacionamento de confiança entre entrevistado e entrevistador (ZANELLI, 2002). O roteiro das entrevistas foi elaborado com a função de nortear as perguntas do entrevistador e abrangia questões sobre:

- os dados demográficos do entrevistado;
- questões gerais sobre o Empreendimento Turístico Hoteleiro da Costa do Sauípe; e
- perguntas relacionadas aos projetos desenvolvidos pelo Programa Berimbau.

Nesta etapa da coleta foi pedido aos respondentes que relatassem suas percepções a respeito do Programa Social Berimbau de Auto-Sustentabilidade da Costa do Sauípe, observando os pontos que achavam positivos e os negativos. Durante a realização das entrevistas, teve-se o cuidado de observar a compreensão dos respondentes, uma vez que a maioria do público-alvo possui baixo nível de escolaridade. As três primeiras entrevistas serviram como validação semântica do roteiro a ser aplicado aos demais.

Todas as entrevistas foram gravadas com a devida autorização dos entrevistados e, em seguida, degravadas, o que facilitou a análise do material coletado. As entrevistas foram realizadas *in loco* pelo autor. Ao todo, foram transcritas e registradas mais de cinco horas de gravação. As verbalizações foram registradas como Notas de Campo, e os nomes dos respondentes foram codificados, de modo a preservar suas identidades.

As respostas foram submetidas à análise de conteúdo, com categorização de temas relacionados à avaliação do Programa Berimbau e seus impactos causados, sejam eles positivos ou negativos. Os dados foram registrados no software Atlas TI 5.0, e sua análise subsidiou a formulação do questionário utilizado na fase posterior.

A segunda etapa da pesquisa foi realizada com o propósito de levantar descrições quantitativas da amostra por meio da aplicação de um instrumento de levantamento de dados.

Foi utilizado o método de pesquisa *survey*, com aplicação de questionário por meio de entrevistas. A principal característica desse método é produzir descrições quantitativas de uma população por meio de um instrumento predefinido (FREITAS et al. 2000, p.105).

O questionário para esse estudo continha perguntas fechadas, para que fosse avaliado o grau de percepção dos respondentes em relação ao programa. Utilizou-se em sua estrutura escala tipo *Likert*. Por se tratar de um questionário aplicado por meio de entrevistas, em sua elaboração foi observado o uso de linguagem compatível com o grau de instrução dos respondentes, respeitando-se principalmente sua regionalidade.

O questionário foi estruturado levando-se em conta a análise de conteúdo das entrevistas realizadas na primeira etapa da pesquisa. Para facilitar a análise dos resultados, as perguntas foram agrupadas em cinco blocos por categorias. São elas:

- dados demográficos – identificação do respondente;
- trabalho e renda;
- empregabilidade e capacitação;
- qualidade de vida; e
- aspectos culturais.

7.4 Tratamento dos dados

Nesta fase compreendem-se os procedimentos de leitura, classificação e categorização dos dados coletados durante o trabalho de campo, prevalecendo, durante a análise, o entendimento de Araújo (2005), segundo o qual os dados são construções teórico-empíricas, e suas proposições precisam ser relacionadas com a realidade.

Tendo-se em vista que a pesquisa foi realizada em dois momentos, com a utilização de diferentes abordagens, mostrou-se pertinente analisar os dados separadamente. O detalhamento dos procedimentos é assunto dos próximos tópicos.

7.4.1 Dados obtidos nas entrevistas

Na análise qualitativa, toma-se como base os dados coletados nas entrevistas semi-estruturadas com os diferentes atores que possuem relacionamento direto ou indireto com os projetos do programa.

Para operacionalização dessa análise foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, a qual possibilita compreender melhor um discurso e extrair dele seus tópicos mais relevantes.

A análise de conteúdo pode ser considerada como um conjunto de técnicas de análises de comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos de descrição do conteúdo das mensagens. A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção de mensagens, inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não) (BARDIN, 2002, p.38).

Os dados coletados por meio das entrevistas foram analisados de acordo com a metodologia da análise de conteúdo sugerida por Franco (2003). Foi realizada uma análise preliminar mediante a leitura de dados da pesquisa e o estabelecimento de relações entre a realidade empírica e o referencial teórico. Para Bardin (2002), essa etapa do processo da análise dos dados se chama de “leitura flutuante”.

A partir da leitura flutuante e de um processo reflexivo sobre os dados coletados em campo, buscou-se a identificação de temas relacionados com o objetivo da pesquisa. As verbalizações foram agrupadas e classificadas por temas de acordo com categorias definidas *a*

*priori*⁹ e *a posteriori*. Nesta pesquisa foi adotado o modelo misto de análise, com a utilização de categorias definidas *a priori* e *a posteriori*. As categorias definidas estão definidas e exemplificadas no capítulo seguinte.

7.4.2 Dados obtidos na aplicação dos questionários

No processo de análise dos dados, a quantificação das respostas possibilitou a realização de uma análise descritiva do conteúdo das informações obtidas com a aplicação dos questionários. Os dados foram analisados com a finalidade de descrever a realidade estudada. Utilizou-se o método de estatística descritiva e inferencial. Para Araújo (2005), estatística descritiva é aquela que trata da organização e da descrição dos dados amostrais, enquanto que a estatística inferencial cuida da análise e da interpretação dos dados e permite tirar conclusões sobre populações com base em resultados de dados amostrais.

Após se descrever o delineamento da pesquisa, passa-se aos resultados. No capítulo seguinte apresentam-se os resultados seguidos da discussão, de acordo com a abordagem metodológica utilizada.

⁹ As categorias, *a priori*, também são conhecidas como categorias teóricas e geralmente são definidas no início da pesquisa com base no aporte teórico que fundamenta o estudo. Porém, no decorrer do processo avaliativo algumas dessas categorias podem ser modificadas, de acordo com a avaliação do pesquisador e desse modo, classificadas como categorias definidas *a posteriori*.

8. RESULTADOS

A análise dos dados coletados nas duas fases da pesquisa contribuiu para responder os questionamentos deste trabalho. O conteúdo, ao término da análise, evidenciou a percepção dos atores em relação ao grau de atingimento dos objetivos propostos pelo Programa Berimbau.

Durante o processo de análise dos dados, procurou-se responder os questionamentos da pesquisa com a observação minuciosa do material empírico e sua relação com o referencial teórico. A interação entre a teoria e a prática resultou num movimento dialético para se compreender a realidade observada em campo. Nos tópicos seguintes apresentam-se os resultados seguidos da discussão.

8.1 A percepção dos entrevistados sobre o Programa Berimbau

Segundo a técnica de análise, os conteúdos das entrevistas foram agrupados em categorias, observando-se suas linhas convergentes; *a priori* foram definidas as seguintes categorias:

- implementação do programa;
- inclusão social;
- impacto ambiental;
- incentivo ao cooperativismo e ao associativismo;
- renda;

E *a posteriori* foram definidas as seguintes categorias:

- qualidade de vida; e
- cultura.

A Tabela 1 mostra as distribuições de frequência e os percentuais das citações de cada categoria, a partir das respostas abertas obtidas nas entrevistas, e em seguida, nos Quadros 2 a 8, são apresentados suas definições e os exemplos das verbalizações mediante as Notas de Campo.

TABELA 1 – Distribuição percentual da frequência das categorias

CATEGORIA	QUANTIDADE	%
Cultura	27	7,87
Incentivo ao Cooperativismo/ Associativismo	26	7,58
Impacto Ambiental	40	11,66
Implementação/legitimação do Programa	53	15,45
Inclusão Social	71	20,70
Qualidade de Vida	65	18,95
Renda	61	17,79
Total	343	100

8.1.1 Implementação e Legitimação do Programa

Identificou-se nas verbalizações dos respondentes que o processo de implementação do Programa Berimbau contou com a participação dos envolvidos, e foi utilizada metodologia participativa nas reuniões comunitárias, onde se buscou analisar as necessidades da comunidade e verificar qual atividade produtiva poderia ser desenvolvida de acordo com as habilidades locais e as premissas da sustentabilidade. As percepções dos respondentes

apresentam-se coerentes com o objetivo do programa. Mostram isso as notas de campo do Quadro 2.

Quadro 2 – Definição da categoria “implementação do programa”, relação com os temas, conteúdos verbalizados e notas de campo.

Categoria: implementação do programa
Definição: processo de implantação do programa junto às comunidades localizadas no entorno do empreendimento e o reconhecimento do programa como legítimo, justificável para ser realizado.
Temas e conteúdos verbalizados: reuniões, debates, conversas, e participação.
<p>Exemplo das notas de campo:</p> <p>“Acho que o processo de implantação foi longo, tivemos muito debate interno, iniciativas, revisões, acho que vale a pena ressaltar que temos tido nesse processo”.</p> <p>“Participou porque avisaram pra fazer reuniões, aí o pessoal ia e combinava tudo, todo mundo participava”.</p> <p>“O Programa Berimbau tem um aprendizado muito significativo. Passamos por essas etapas, de nada fazer, de ouvir, receber as demandas da comunidade, estruturar o atendimento a algumas demandas, de pensar numa intervenção estruturante de cadeias produtivas”.</p> <p>“Esse projeto Berimbau foi criado por causa da Costa do Sauípe, tem servido muito para a comunidade.</p> <p>“Olhe, sou muito fã desse projeto. Sinto muito orgulho também de ter participado e continuar participando desse processo todo”.</p>

Observa-se, também, que as percepções dos respondentes sinalizam que o processo de implementação favoreceu à legitimação dos projetos e o fortalecimento dos grupos sociais.

Porém, foi observado nas percepções dos respondentes que ainda existe desconhecimento de alguns aspectos do programa. Essa falha no processo de comunicação torna-se um aspecto inibidor da legitimação e gera disfunções conceituais e descrédito ao programa.

8.1.2 Inclusão Social

Na categoria de inclusão social, observada no Quadro 3, as entrevistas enfatizaram as dimensões trabalho e educação. A implementação do complexo turístico é vista pela respondentes como positiva quando se refere à geração de postos de trabalho e, principalmente, quando sua ocupação é feita por membros da comunidade, o que não aconteceu no início de sua operacionalização, devido à inexistência de mão-de-obra qualificada. Essa situação inicial gerou conflitos entre os moradores e o complexo.

As ações de capacitação, como mostram as Notas de Campo do Quadro 3, são freqüentemente citadas como as ações mais importantes realizadas pelo programa. Uma das propostas do Programa Berimbau é oferecer capacitação para o preenchimento dos postos de trabalho oferecidos pelo empreendimento; essa ação é percebida, mas não em quantidade suficiente para atender as demandas do público-alvo do programa.

Outro aspecto da inclusão social também citado é o ensino oferecido pela Escola Meninos do Porto. A oferta de vagas oferecida pela escola é percebida como grande benefício para a comunidade, pois atende, prioritariamente, as crianças carentes.

Quadro 3 – Definição da categoria “inclusão social”, relação com os temas, conteúdos verbalizados e notas de campo.

Categoria: inclusão social
Definição: processo de conquista dos direitos de cidadania (trabalho, saúde e educação) pelos participantes dos projetos do programa.
Temas e conteúdos verbalizados: ocupação, emprego, trabalho, escola, capacitação, escola Meninos do Porto.
Exemplo das notas de campo: “Hoje eu trabalho aqui (referindo-se a Associação dos Artesãos de Porto de Sauípe), minha mãe minhas irmãs, quase todo mundo trabalha aqui. Tem duas (referindo-se as irmãs) que estão empregadas e ainda trabalham aqui”.

“Em função da Costa (referindo-se ao complexo turístico), tem o pessoal que trabalha, que todo mundo está empregado, só não tá trabalhando quem não quer trabalhar. Mas trabalho tem lá no complexo, que já é uma melhoria. Antigamente o pessoal tinha que descolar daqui para ir para outros lugares e agora tem emprego para todo mundo”.

“Tinha muita gente que estava parada e através disso aqui conseguiram, tem hoje em dia artesanato, - esse trabalho ajuda muito as famílias, tinha muita gente que não tinha como ganhar, dependendo de marido pra sustentar a família. A oportunidade que deram pra eles, ajuda bastante a conseguir alimentação, dá pra se ver que teve uma melhora bastante pra eles”.

“Porque não pode iniciar uma área de atendimento de turismo internacional com pessoas que não falem língua estrangeira, pelo menos o principal. Uma secretária executiva, um ajudante administrativo sem nunca ter visto ao menos um computador”.

“Até hoje existe o curso de informática, de corte e costura, e eu sei que isso ajudou bastante mesmo, mas, é preciso mais, os cursos são poucos pra muita gente”.

“É, melhorou para algumas pessoas. Incluíu. Não todas, mas teve pessoas que melhoraram trabalhando”.

“Isso foi um benefício grande pra essa pré-escola, são meninos carentes, às vezes fazem a única refeição lá na escola, a escola não oferece só o ensino como a alimentação, farda, material didático”.

8.1.3 Impacto Ambiental

Em relação aos impactos ambientais, a explosão demográfica que sofreu a comunidade com a instalação do complexo turístico é o principal problema apontado pelos respondentes, como mostram as Notas de Campo do Quadro 4. A vinda de trabalhadores da construção civil, contratados para a construção do empreendimento, gerou na comunidade: crescimento rápido, desordenado e especulação imobiliária. Observa-se também que muitos trabalhadores, mesmo depois da conclusão das obras, permaneceram em Porto de Sauípe. Outro aspecto de queixa dos entrevistados refere-se às construções desordenadas dentro da cidade, que impactam

diretamente no meio ambiente. A destruição de parte do manguezal e a poluição dos rios e das nascentes são os exemplos mais citados.

Em relação a esses problemas, não foi identificada pelos respondentes nenhuma sinalização quanto a alguma ação do programa para mitigar esses impactos.

Quadro 4 – Definição da categoria “impacto ambiental”, relação com os temas, conteúdos verbalizados e notas de campo.

Categoria: impacto ambiental
Definição: impactos causados ao meio ambiente decorrentes da instalação e do funcionamento do Complexo Turístico-Hoteleiro da Costa do Sauípe.
Temas e conteúdos verbalizados: degradação, poluição, mangue, lixo, aumento da população e crescimento desordenado.
<p>Exemplo das notas de campo:</p> <p>“Implodiu, entraram e ficaram fazendo casa no manguezal”.</p> <p>“Digamos que mais de 50%, nossa comunidade era de 3 mil habitantes, nós estamos com 7 mil e alguma coisa. De moradores então, foi uma invasão muito grande, rápido demais”.</p> <p>“Agora o pessoal aqui sabe aproveitar o resíduo do lixo, que antes jogava fora”.</p> <p>“Aqui tem a barragem que fica no condomínio e eles estavam jogando o lixo nas margens desse rio. Mas agora não estão mais jogando, estão trabalhando, estão levando direto para o aterro, e lá eles dão destino”.</p> <p>“Esse Projeto Berimbau veio através da coleta do lixo na comunidade. Antes a gente não tinha um carro diretamente pra fazer esse serviço. Através do Berimbau ele botaram o caminhão para que pudesse estar recolhendo o lixo, pra manter o local limpo, a comunidade sempre com boa visão”.</p> <p>“O que estou achando hoje, no momento, um gigante branco. Foi projetada muita coisa, se gastou muito dinheiro de doações ali, e tá um gigante branco porque não está produzindo até agora”.</p> <p>“Tem tido mais dificuldade é da reciclagem de lixo. Porque o projeto inicial tem alguns equívocos e nós tivemos que rever todo o projeto e estamos refazendo tudo”.</p>

Entretanto, a reciclagem do lixo é a intervenção do programa mais percebida. A construção da usina de reciclagem lixo pelo programa além de criar postos de trabalho propicia que o lixo orgânico, produzido pelo complexo, seja reaproveitado e comercializado como adubo. Outra percepção dos respondentes refere-se à coleta de lixo realizada pelo caminhão basculante doado pelo projeto, que coleta com regularidade o lixo produzido pela comunidade e o destina ao aterro sanitário.

8.1.4 Incentivo ao Cooperativismo e ao Associativismo

Fica claro nas Notas de Campo do Quadro 5 que o incentivo do programa na formação de cooperativas e associações é percebido pelos respondentes como eficaz. Observa-se, também, que são relatados resultados positivos em relação à frequência da participação da comunidade nas reuniões promovidas pelos projetos; esses relatos indicam aderência com os objetivos do programa.

Quadro 5 – Definição da categoria “incentivo ao cooperativismo e ao associativismo”, relação com os temas, conteúdos verbalizados e notas de campo.

Categoria: incentivo ao cooperativismo e ao associativismo
Definição: ações realizadas pelo programa com o intuito de estimular a criação de cooperativas e associações.
Temas e conteúdos verbalizados: capacitação, cooperativas, associação, incentivo.
Exemplo das notas de campo: <p>“Existe há muito tempo. A associação de moradores só que não era tão unida quanto agora, com recursos, com capacitação de adolescentes, tudo tinha se perdido e com o Berimbau, ele reavivou”.</p> <p>“Nós criamos uma cooperativa de agricultores, quer dizer, incentivamos a criação de uma cooperativa de agricultores e uma cooperativa de reciclagem de lixo, uma cooperativa de pescadores, e associação de artesanato que já existia, mas nós temos ajudado bastante, e algumas (pelo menos duas) associação de moradores. Tudo isso começa a dar uma dinâmica completamente nova. Uma comunidade onde</p>

não existia praticamente nada”.

“Mas acho que a associação de moradores de Vila Sauípe e Porto Sauípe ganharam dinâmica verdadeiramente leve. Numa comunidade onde normalmente ninguém reunia, ao longo de 2004, 2005, nós podemos identificar várias reuniões com participação de 50 pessoas e algumas com participação de 150 pessoas. Então a dinâmica é outra embora precise ainda caminhar muito”.

“Com certeza. Estimulou demais. Porque era até uma condição quase obrigatória pra que aquela comunidade estivesse beneficiada, que estivesse organizada. Sempre houve essa preocupação de organizar a comunidade, tanto a formação dessas associações, pra poder legitimar aquele grupo que estava à frente, com certeza não tenho dúvida disso. E é uma coisa muito importante, porque essas associações isoladamente não tinham tanta força, mas elas em conjunto vão ganhando força e ganhando corpo e cada vez mais sabem se defender e sabem o que querem, sabem reivindicar, só dessa forma realmente organizada. E o Berimbau estimulou isso. Não tenho dúvida”.

“Essas cooperativas, a Coopervale, e a Verdecoope foi iniciativa do programa. Eles tiveram um projeto junto com os cooperados e hoje está indo muito bem”.

“O caso das artesãs, elas melhoraram e muito, se bem que isso não é um mérito exclusivo do Berimbau. Já havia um trabalho anterior, e o nosso trabalho ficou facilitado porque foi apoiar algo que já existia e que já se desenvolvia”.

As Notas de Campo do Quadro 5 evidenciam também, a percepção por parte dos respondentes, que o sucesso dos projetos não é de exclusividade das intervenções do Programa Berimbau. Essa percepção fortalece o estímulo para formação de cooperativas e associações.

8.1.5 Renda

Um dos objetivos do programa é a geração de emprego e renda; pelas verbalizações há uma percepção dos respondentes de que a renda para alguns participantes foi incrementada. Entretanto, a percepção da melhoria de renda fica mais evidente entre os cooperados da

Associação dos Artesãos de Porto de Sauípe e menos evidenciada entre os participantes da Usina de Adubo Orgânico, como mostram as Notas de Campo do Quadro 6.

Na associação dos artesãos se evidencia a percepção do maior incremento de renda entre os projetos do programa. Segundo as Notas de Campo, também é percebido incremento nas vendas e a conquista de novos mercados para os produtos.

Observa-se também que há um quantitativo maior de mulheres que se beneficiam da complementação da renda advinda dos projetos. Essa situação deve-se, como já foi anteriormente pontuado, às características da maioria das atividades exploradas pelo programa serem mais adequadas às mulheres.

Quadro 6 – Definição da categoria “renda”, relação com os temas, conteúdos verbalizados e notas de campo.

Categoria: renda
Definição: remuneração, em dinheiro, auxílios ou vantagens oferecidas aos participantes de alguma atividade produtiva do programa, em troca de seu trabalho.
Temas e conteúdos verbalizados: salário, renda, ocupação, trabalho.
Exemplo das notas de campo: <p>“No caso, quem menos tira aqui na associação (referindo-se a Associação dos Artesãos de Porto de Sauípe), tira duzentos, trezentos reais. Isso é indiscutível, melhorou, tem pessoas na loja que tira mais do que o salário só na loja”.</p> <p>“Muitos aqui quando começaram a trabalhar não tinham nada, e com esses projetos do Berimbau e os outros que tem, melhorou muito o salário, não é tão ruim, eu não vejo ninguém se queixando do salário”.</p> <p>“De qualquer forma, eu tenho o meu trabalho que é um extra a mais que entra”.</p> <p>“Pra maioria das donas de casa, pessoas de terceira idade, de sessenta anos, é uma renda pra complementar”.</p>

“A melhora é a olho nu. Você observa no bolso. Vê o povo mais bem vestido, melhor estruturado. Isso tem influenciado de maneira boa as pessoas. Hoje quem tem o primeiro grau retornou para fazer o segundo”.

“Eu vejo uma influencia muito positiva que foi a quantidade de empregos gerados. O complexo parece que gerou em torno de 2.200 empregos diretos. E uma boa parte dessas está sendo absorvido por mão de obra da região”.

“Mil e quinhentos a três mil empregos diretos que gera a Costa do Sauípe nos arredores do empreendimento, nós temos a metade. Dessa metade 80% mora aqui em Porto do Sauípe, embora não todos são daqui”.

“Os artesãos daqui exportam para os Estados Unidos, pra França, pra Itália, pra Alemanha e pra Inglaterra. Do Rio Grande do Sul ao Ceará, o pessoal vende artesanato. E é procurado. Essa estação digital nós tivemos já 207 alunos, tem o pessoal da capoeira, tem 22 meninos de rua fazendo informática aqui, tem curso de inglês, espanhol e italiano. Então isso aí tá colocando esse pessoal numa situação privilegiada”.

8.1.6 Cultura

Nas verbalizações, as únicas expressões citadas quando se abordou o tema “cultura” foram a capoeira e o samba de roda. Em ambas percebe-se a interferência positiva do programa, e as Notas de Campo do Quadro 7 indicam que houve um processo de resgate cultural por parte dos projetos. Outra ação percebida é a reforma do Centro Comunitário também realizada pelo programa que oferece a população espaço para as atividades culturais da comunidade.

Os entrevistados freqüentemente verbalizam as atividades realizadas pelo do programa no Centro Comunitário como propulsores da cultura e do lazer na comunidade

Quadro 7 – Definição da categoria “cultura”, relação com os temas e conteúdos verbalizados e notas de campo.

Categoria: cultura
Definição: conjunto de padrões de comportamento, crenças, conhecimentos e costumes que caracterizam um grupo social. Para a pesquisa o enfoque foi dado para a preservação e o resgate da cultura na comunidade.
Temas e conteúdos verbalizados: capoeira, samba de roda, resgate.
<p>Exemplo das notas de campo:</p> <p>“Nossa cultura não sei se é indígena ou é escravo. Samba de Roda que é a cultura da gente aqui, que eles também dão apoio (referindo-se ao Programa Berimbau) e o centro comunitário de vez em quando”.</p> <p>“Ajuda sim. Apresenta Samba de Roda, capoeira, lá pro complexo, que já tinha se perdido. Reavivou novamente”.</p> <p>“E essas pessoas que trabalham com uma cultura diferente, com a separação do lixo, essas pessoas participam do samba, vão pra capoeira, vão às festinhas, hoje organizada cada final da semana, no Centro Comunitário”.</p> <p>“Significativamente, principalmente a capoeira, mas não só, essa parte da cultura local se relacionando com o novo mundo é um desafio que a gente quer enfrentar num projeto de ação cultural educativo daqui pra frente. A relação da comunidade com os turistas, ela é cada vez mais acentuada. E pelo menos as comunidades litorâneas já se fortalecem nelas muito nitidamente à vontade de ser parte da economia do turismo”.</p> <p>“Antes, se você visse como era o Centro Comunitário, estava um perigo já, estava desabando o teto. Então aquilo ali é um bem pra toda comunidade, é um lugar de recreio, de festa, e de escola pra comunidade”.</p>

8.1.7 Qualidade de Vida

No Quadro 8, observa-se pelas Notas de Campo que a percepção dos entrevistados não associa melhoria da alimentação e da saúde decorrentes de sua participação no programa.

Vale ressaltar que é percebida a melhoria de renda como mostram as Notas de Campo do Quadro 6.

Observa-se apenas uma tendência moderada de percepção quanto à melhoria do lazer, citado pelos respondentes da Associação dos Artesãos devido às viagens organizadas para a divulgação e promoção do produto artesanal produzido. O acesso às manifestações culturais realizadas pelo programa na comunidade também é percebido como fator de melhoria de qualidade de vida.

Quadro 8 – Definição da categoria “qualidade de vida”, relação com os temas e conteúdos verbalizados e notas de campo.

Categoria: qualidade de vida
Definição: Inclui diversos aspectos que vão desde as questões materiais, ligadas à satisfação básica do ser humano, até aspectos subjetivos como a própria percepção de qualidade de vida pelo sujeito. Neste estudo, simplificada, abordou-se as dimensões, alimentação, saúde e lazer, como indicadores da qualidade de vida.
Temas e conteúdos verbalizados: trabalho, emprego, escola, renda, e transporte.
Exemplo das notas de campo: <p>“Aqui todo mundo é pobre, mas todo mundo tem casa própria. Todo mundo trabalha, todo mundo tem seu emprego. Pessoas que andavam a trinta aos atrás em cima de carroceria de caminhão hoje trabalham com ônibus de ar condicionado trazido até em casa”.</p> <p>“Com certeza, tem aí uma série trabalhando. Tem outros que estão trabalhando e fazendo cursinho pra melhorar. E vem melhorando. Não digo que fale inglês, mas compreender o que o cidadão está querendo”.</p> <p>“Ajudou sim. Ajudou bastante. As pessoas buscando sua própria renda, a qualidade de vida melhorou. As pessoas fazem algo de útil, falta muita coisa que o programa não pode fazer tudo. Estimulou outros órgãos como a prefeitura”.</p>

Com a análise das entrevistas conclui-se que há uma percepção positiva por parte dos respondentes, diretamente envolvidos com o programa, em relação aos impactos causados pelas intervenções dos projetos.

8.2 Resultados do “Survey”

A quantificação das respostas obtidas na aplicação dos questionários (anexo II) possibilitou a realização de uma análise descritiva do conteúdo da pesquisa. Os resultados oriundos dessa abordagem são apresentados, seguidos de sua discussão.

Os questionários foram aplicados mediante entrevistas com 51 participantes diretos dos projetos do programa implementados na comunidade de Porto de Sauípe. A aplicação se deu no local de execução de cada projeto, em horário comercial, onde foram observadas também a dinâmica laboral e a integração dos participantes nas atividades produtivas. A seguir, apresenta-se a análise das dimensões abordadas na aplicação do questionário, que, juntamente com os resultados da análise das entrevistas, subsidiou as conclusões finais deste estudo.

8.2.1 Características da Amostra

A Tabela 2 mostra a distribuição percentual por faixa etária dos participantes dos projetos do Programa Berimbau. Do universo pesquisado, a maioria dos participantes dos projetos pertence à faixa etária entre 31 a 40 anos, representando 41,18% da amostra. Outro ponto a ser observado nesta tabela é que 35,30% dos respondentes pertencem à faixa etária entre 51 a 70 anos, e estes, em sua maioria, são aposentados que complementam sua renda de aposentadoria com algumas atividades produtivas oferecidas pelo programa. Esse dado

evidencia a inclusão de um contingente que dificilmente ingressaria no mercado de trabalho formal, por possuir idade avançada.

TABELA 2 – Distribuição percentual por faixa etária

FAIXA ETÁRIA	QUANTIDADE	%
21 a 30	06	11,76
31 a 40	21	41,18
41 a 50	06	11,76
51 a 60	12	23,54
61 a 70	06	11,76
Total	51	100

Na categoria de gênero observa-se uma presença majoritária do sexo feminino, com um percentual de 82,35% da população estudada. Essa predominância deve-se ao fato de que as atividades desenvolvidas pelo programa são tradicionalmente femininas, como: a produção do artesanato de piaçava, as atividades de corte e costura e o trabalho de alfabetização de crianças. Constata-se com essa análise a influência da mulher no processo produtivo da comunidade, como também sua inclusão social mediante ações do programa.

Quanto à escolaridade, a Tabela 3 indica que 29,4% da amostra não é alfabetizada ou possui escolaridade até o 1º grau incompleto. Esse dado revela o expressivo número de participantes que, apesar da baixa escolaridade, estão inseridos em alguma atividade produtiva remunerada, educacional ou recreativa do programa. Constata-se também, no universo pesquisado, elevado índice da população com o 2º grau incompleto e apenas 9,82% de entrevistados com o terceiro grau.

TABELA 3 – Distribuição por grau de escolaridade

ESCOLARIDADE	QUANTIDADE	%
Analfabeto	06	11,76
1º grau incompleto	06	11,76
1º grau completo	03	5,88
2º grau incompleto	22	43,14
2º grau completo	06	11,76
3º grau incompleto	03	5,88
3º grau completo	05	9,82
Total	51	100

Inferese que os projetos desenvolvidos pelo programa não requerem elevados graus de escolaridade. Esse dado indica que na escolha e na implantação do programa foram observadas as habilidades e as aptidões da comunidade.

Outro dado demográfico observado nas respostas é a distribuição de responsabilidade pelo sustento das unidades familiares, o que mostra que 52,94% dos participantes dos projetos são arrimos de família. Do universo restante, a responsabilidade é compartilhada com algum membro da família, geralmente pelo esposo ou pela esposa.

8.2.2 Indicadores de Impacto do Programa Berimbau

Na perspectiva de distribuição da renda familiar a Tabela 4 apresenta múltiplas respostas entre as diversas opções indicadas no questionário (Anexo 2). Observa-se que 35,72% dos respondentes possuem fonte de renda relacionada com alguma atividade produtiva desenvolvida pelo Programa Berimbau. Fica evidente a complementaridade da renda familiar pelos participantes do programa. Inferese com esse dado que o desenho do

programa está sendo percebido como eficaz diante dos seus objetivos de geração de trabalho e renda e melhoria da qualidade de vida das populações impactadas pelo empreendimento. Esses resultados guardam relação também com as dimensões abordadas nas Tabelas 2 e 3, referentes à faixa etária e à escolaridade dos respondentes, pois demonstram que o programa atende faixas específicas da população que possuem características restritivas para o ingresso no mercado de trabalho formal. Como exemplo, observa-se na Tabela 2 que 35,30% dos respondentes estão enquadrados na faixa etária entre 51 a 70 anos. Em relação ao nível educacional, analisado na Tabela 3, observa-se que 35,28% dos respondentes possuem apenas o primeiro grau.

TABELA 4 – Distribuição da fonte de renda familiar

RENDA FAMILIAR	QUANTIDADE	%
Rendimentos de trabalho (salário, negócio próprio, “bicos”).	27	32,14
Benefícios governamentais (bolsa família, escola, vale-gás, etc.).	06	7,14
Aposentadoria, pensão.	21	25,00
Rendimento de projeto do Programa Berimbau	30	35,72
Outros rendimentos (aluguel, poupança, etc.).	0	0
Total	85	100

Quanto à percepção de melhoria na renda advinda da participação em algum projeto do programa, observa-se na Tabela 5 que 39,22% da amostra possuem uma percepção positiva em relação ao incremento de sua renda. Vale ressaltar que o questionamento em todas as entrevistas foi feito para a percepção da melhoria de renda advinda da participação no programa.

TABELA 5 – Percepção de alteração da renda após participação nos projetos

RENDA	QUANTIDADE	%
Diminuiu	01	1,96
Continua a mesma	06	11,76
Aumentou pouco	15	29,41
Aumentou muito	20	39,22
Não sei/não observei	09	17,65
Total	51	100

É necessário pontuar que 17,65% da amostra não observaram nenhum incremento de renda com sua participação no programa. Esse índice pode ser entendido pelo direcionamento que alguns projetos do programa possuem sem relacionamento com a geração de trabalho e renda, como é o caso da Escolinha de Capoeira e o Samba de Roda, ambos relacionados com valorização ou resgate cultural da comunidade.

Constata-se que, apesar dos baixos níveis de escolaridade da população, o programa atende seus objetivos de geração de trabalho e renda na percepção dos respondentes. Uma porcentagem de 68,63% afirma que sua renda melhorou em grau moderado e alto.

A Tabela 6 mostra que 52,94% dos respondentes acreditam que houve melhoria das atividades do trabalho como decorrência de sua participação no programa. Esse resultado pode ter relação com os planos de capacitação e educação desenvolvidos pelos projetos que propiciaram a sistematização da produção e a inclusão das pessoas no mercado de trabalho, especificamente do ramo de serviços turísticos oferecidos pelo Complexo Turístico-Hoteleiro da Costa do Sauípe.

TABELA 6 – Percepção da melhoria nas atividades do trabalho depois que ingressou nos projetos do Programa Berimbau

MELHORIA NO TRABALHO	QUANTIDADE	%
Diminuiu	01	1,96
Continua a mesma	05	9,81
Melhorou pouco	16	31,37
Melhorou muito	27	52,94
Não sei/não observei	02	3,92
Total	51	100

Para a inferência dos resultados na melhoria da qualidade de vida, decorrente da participação no programa, escolheu-se observar a percepção dos respondentes em três dimensões: melhoria na alimentação (Tabela 7); melhoria da saúde (Tabela 8); e melhoria no lazer (Tabela 9), que são analisadas a seguir.

TABELA 7 – Percepção sobre a melhoria da qualidade da alimentação proveniente da participação no Programa

MELHORIA NA ALIMENTAÇÃO	QUANTIDADE	%
Não houve mudança	33	64,71
Melhorou pouco	06	11,76
Melhorou muito	09	17,65
Não sei/ não observei	03	5,88
Total	51	100

Apesar de ser percebido como fator de incremento de trabalho e renda, há apenas uma percepção modesta, dos respondentes, quanto à melhoria da qualidade da alimentação

decorrente da participação no programa. A maioria dos entrevistados continua com a dieta que utilizava antes de seu ingresso no programa. Nas respostas positivas, a maioria referiu-se à regularidade da alimentação como fator de melhoria. Pode-se inferir que a alimentação da comunidade é fortemente vinculada à cultura local e que o incremento na renda não modificou os hábitos alimentares dos participantes.

TABELA 8 – Percepção sobre a melhoria ao acesso aos serviços de saúde proveniente da participação no Programa

MELHORIA NA SAÚDE	QUANTIDADE	%
Não houve mudança	30	58,83
Melhorou pouco	06	11,76
Melhorou muito	03	5,88
Não sei/ não observei	12	23,53
Total	51	100

Como pode ser observado na Tabela 8, não há por parte de 58,83% dos respondentes nenhuma sinalização de melhoria ao acesso aos serviços de saúde relacionados à participação no programa. O assunto na comunidade é polêmico, e observa-se um descontentamento geral quando se aborda o tema de saúde com os moradores da comunidade de Porto de Sauípe, pelas condições precárias oferecidas pela assistência pública. Apesar de não relacionarem o projeto com a melhoria ao acesso à saúde, os respondentes estão conscientizados da falta de política pública para a resolução do problema e reclamam ações dos poderes municipais e estaduais.

A Tabela 9 indica que em relação ao lazer, 76,47% dos respondentes têm a percepção de melhoria após seu ingresso no programa. As ações desenvolvidas principalmente para o resgate da cultura local, como a Escolinha de Capoeira e o Samba de Roda, destacam-se como

atividades de lazer voltadas para os públicos jovem e adulto, respectivamente.

TABELA 9 – Percepção sobre alteração no lazer proveniente da participação no Programa.

ALTERAÇÃO NO LAZER	QUANTIDADE	%
Piorou	-	-
Não houve mudança	12	23,53
Melhorou pouco	24	47,06
Melhorou muito	15	29,41
Não sei/ não observei	-	-
Total	51	100

Outro aspecto citado nas entrevistas foi a realização de viagens de lazer e negócios realizadas pela Associação dos Artesãos de Porto de Sauípe, para divulgação de sua produção nos estados vizinhos. É interessante pontuar também que, com a reforma da sede da Associação de Moradores de Porto do Sauípe pelo programa, a comunidade passou a contar com uma infra-estrutura para a realização de eventos sociais.

Em relação ao resgate cultural por meio do samba de roda não é percebido nenhum interesse em 47,06% da população jovem (Tabela 10). Essa atividade encontra maior público entre os adultos da comunidade, principalmente entre os nativos de maior idade, que já vivenciaram a prática da dança.

TABELA 10 – Percepção sobre o interesse dos jovens da comunidade na preservação da cultura local pelo “Samba de Roda”, promovido pelo Programa Berimbau

PRESERVAÇÃO DA CULTURA	QUANTIDADE	%
Nenhum interesse	24	47,06
Pouco interesse	15	29,41
Muito interesse	11	21,57
Não sei/ não observei	01	1,96
Total	51	100

No que se refere à percepção em relação à Escolinha de Capoeira, 68,63% dos entrevistados a consideram de grande contribuição para o lazer dos jovens da comunidade. Apesar de ser considerado um esporte masculino, segundo dados da Associação dos Moradores de Porto de Sauípe, observa-se um índice de aproximadamente 30% dos matriculados do sexo feminino. Outro aspecto recorrente pontuado nas entrevistas foi a observação da diminuição da violência por parte dos participantes, pois o referido esporte foi considerado agregador entre os grupos jovens da comunidade.

Observa-se, nas duas atividades culturais promovidas pelo programa, o samba de roda e a escolinha de capoeira, que seus públicos são diferenciados. Essa segmentação relaciona-se com o objetivo do programa em promover o resgate das manifestações culturais da comunidade, atingindo todos os segmentos da população.

A Tabela 11 mostra que 98,04% dos respondentes percebem melhoria na qualidade do artesanato produzido em Porto de Sauípe depois da instituição da Associação dos Artesãos de Porto de Sauípe. Ressalta-se, com tais dados, que essa percepção é compartilhada com os participantes dos outros projetos.

TABELA 11 – Percepção sobre a qualidade do artesanato típico da região com a inauguração da sede da APSA

QUALIDADE DO ARTESANATO	QUANTIDADE	%
Nenhuma melhoria	-	-
Pouca melhoria	-	-
Muita melhoria	50	98,04
Não sei/ não observei	01	1,96
Total	51	100

Em termos gerais, no que diz respeito à melhoria da qualidade de vida decorrente de sua participação no programa, 90,02% dos respondentes informaram ter percebido muita contribuição do programa, ao contrário de 9,98%, que perceberam apenas pouca contribuição. Esse resultado se relaciona também com as dimensões de renda e regate da cultura local, analisados anteriormente.

TABELA 12 – Percepção sobre a contribuição do Programa Berimbau na qualidade de vida da comunidade de Porto de Sauípe

QUALIDADE DE VIDA	QUANTIDADE	%
Nenhuma contribuição	-	-
Pouca contribuição	05	9,98
Muita contribuição	46	90,02
Não sei/ não observei	-	-
Total	51	100

No capítulo seguinte são apresentadas as conclusões e as considerações finais da pesquisa.

9. CONCLUSÕES

O objetivo desta pesquisa foi identificar até que ponto os projetos do Programa Berimbau, implementados em Porto do Sauípe, atingiram seus objetivos de inclusão social e redução do impacto socioambiental causados pela instalação do Complexo Turístico da Costa do Sauípe. Para tanto, utilizou-se a análise dos dados coletados em campo e a integração das metodologias qualitativa e quantitativa, com perspectiva dos resultados das entrevistas e dos questionários aplicados. Como resultado, observa-se que o programa é percebido positivamente pela comunidade principalmente pelas ações de geração de trabalho e renda e pela oferta de capacitação técnica, que proporciona o ingresso dos participantes nos postos de trabalho oferecidos pela indústria turística, especificamente os do empreendimento turístico hoteleiro da Costa do Sauípe. São percebidas também pela comunidade como aspectos positivos diversas ações desenvolvidas pelo programa, como: o processo participativo na gestão dos projetos, a redução do impacto ambiental, com a reciclagem do lixo, e o incentivo ao cooperativismo e ao associativismo.

Nos parágrafos seguintes pontuam-se as observações de campo, as limitações e as recomendações para futuros estudos, advindos dos resultados desta pesquisa.

Além da proposta de minimizar os impactos socioambientais causados pelo complexo, o Programa Berimbau foi planejado e implementado com o intuito de agregar valor à imagem institucional do empreendimento, preservar os seus “produtos” de comercialização (constituídos pelo meio ambiente e pela cultura local) e aproveitar a mão-de-obra nativa, que representa menores custos operacionais para seu funcionamento. Essas ações indicam, por parte do empreendimento, uma dualidade de intenções, uma vez que reconhece os impactos negativos causados por sua instalação e a necessidade de revertê-los, agindo, dessa forma, com uma postura socioambientalmente responsável, para ser legitimado por seus públicos de

interesses. Atualmente, o empreendimento ecoturístico, para posicionar-se no mercado, vem experimentando novos referenciais mercadológicos para satisfazer sua clientela, disposta a boicotar empresas que não possuam princípios de responsabilidade socioambiental agregados à sua satisfação; por isso, é imprescindível para a indústria do turismo, especificamente a do ecoturismo, que a atividade não cause impactos nem ao meio ambiente e nem à cultura do local explorado.

Foram observados neste trabalho os projetos realizados pelo Programa Berimbau na comunidade de Porto de Sauípe. Os projetos integram as demandas do complexo hoteleiro com a produção de bens e serviços desenvolvidos na comunidade. A proposta de atender as demandas do empreendimento pelas comunidades é direcionada pelos conceitos da sustentabilidade mediante geração de atividades econômicas e da preservação ambiental da cultura local. Com esse propósito são realizadas, pelo programa, intermediações entre a comunidade e o empreendimento com o propósito de melhorar a qualidade de vida e a auto-estima dos participantes.

A abordagem de geração de emprego e de renda mediante o desenvolvimento de atividades produtivas pode ser observada na Associação dos Artesãos de Porto de Sauípe e na Usina de Reciclagem de Lixo. Em relação à preservação cultural, educacional e do meio ambiente são observadas ações realizadas pela Associação dos Moradores do Porto de Sauípe e pela Escola Meninos do Porto. Essas ações evidenciam a aderência entre os projetos desenvolvidos e os objetivos do programa de incentivo à educação e à preservação da cultura local.

Outro resultado observado é o incentivo à organização grupal realizado pelo programa na comunidade. Como ações relacionadas a essa prática pontuam-se: a construção da sede da Associação dos Artesãos de Porto de Sauípe, a revitalização do Centro Comunitário dos Moradores de Porto de Sauípe e a constituição da Cooperativa de Reciclagem de Lixo.

Porém, apesar das ações já desenvolvidas, observa-se ainda uma fragilidade no processo de implementação da cultura associativista, pois a capacitação aplicada pelo programa mostra-se insuficiente e apresenta dificuldades para encontrar lideranças com capacidade técnica operacional para administrar e monitorar as ações propostas, representando uma ameaça para a sustentabilidade dos projetos.

Diante dos resultados apresentados pelos projetos do programa e da percepção dos públicos de interesse envolvidos, observa-se em seu processo de desenvolvimento a efetividade de uma metodologia participativa, em que as soluções construídas comunitariamente pelos atores e os resultados, sejam erros ou acertos, são devidamente compartilhados. Essa relação de cumplicidade entre os envolvidos propicia a legitimação dos projetos e fortalece o protagonismo regional.

Nota-se a importância da atividade turística para o desenvolvimento da região estudada, como também a necessidade do aprimoramento de sua infra-estrutura e expansão. A capacidade de geração de empregos pelo *trade* turístico pode colaborar com a diminuição da situação social precária observada nas comunidades impactadas. Sugere-se que para a gestão sustentável do turismo na região é necessária a observação da capacidade de carga dos atrativos, para o controle do fluxo de visitantes. Esse direcionamento não foi encontrado em nenhum documento do projeto e atualmente não se percebe a existência de políticas de controle.

Além disso, outros aspectos devem ser cuidadosamente abordados para o processo de adequação do programa, ao qual, devido ao seu ineditismo, recomenda-se que seja contínuo. Em primeiro lugar, é importante observar a relação entre o programa e as comunidades beneficiadas, pois as ações financiadas voltam-se para o patrocínio dos projetos, preterindo o processo de gestão e a mudança cultural de assistencialismo observada na comunidade. A auto-sustentabilidade de alguns projetos ainda não foi atingida, o que representa risco de

continuidade, caso seja retirado o aporte financeiro fornecido para o programa; isso caracteriza a fragilidade das organizações envolvidas no processo.

Em relação ao processo de legitimação do programa pelos participantes, os resultados da pesquisa mostram descrédito gerado por problemas técnicos operacionais ocorridos na implementação da usina de reciclagem, que até o momento não funciona com sua capacidade operacional. São sugeridos um redirecionamento estratégico, para possibilitar o pleno funcionamento da usina, e concomitantemente a elaboração de um plano de comunicação, para os esclarecimentos dos procedimentos adotados. Em relação à usina observa-se também um investimento elevado para um número reduzido de beneficiários, se forem considerados o montante investido em outros projetos e os altos índices de desemprego na região.

Outro aspecto a ser melhorado pelo programa é a deficiência de acompanhamento pedagógico no processo de alfabetização de jovens e adultos. Essa deficiência configura-se como o principal dificultador para a conclusão das turmas. O principal problema identificado é a falta de regularidade na frequência do público atendido, formado em sua grande maioria por pescadores. Sugere-se que seja realizada uma adequação no calendário semanal das aulas para esse público específico.

Considerando-se o alto nível de analfabetismo na região, sugere-se que haja continuidade no projeto de alfabetização, uma vez que é potencializador de discussões relacionadas com o processo socioeconômico e o meio ambiente.

Decorridos três anos de implementação da iniciativa, os resultados mensurados mostram-se positivos e o programa foi reconhecido como modelo para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), como agente indutor do desenvolvimento social, principalmente por proporcionar a inclusão de comunidades tradicionais às diversas atividades econômicas geradas pelo turismo. O Programa Berimbau foi escolhido como norteador da metodologia do Programa de Erradicação da Pobreza pela Exportação,

desenhada pela OIT para replicação em diversas partes do mundo.

Quanto à realização do estudo, são observados como pontos de destaque:

- o ineditismo da pesquisa na área, uma vez que se avalia a percepção de uma comunidade impactada socioambientalmente pela atividade turística em relação a um programa social concebido para mitigar esses impactos;
- a metodologia utilizada na realização da pesquisa, que integrou as abordagens qualitativas e quantitativas na análise dos dados; e
- a proposta de uma metodologia de avaliação de projetos que possuam características semelhantes.

Entre as limitações do presente estudo, pontuam-se:

- restrições orçamentárias que reduziram a quantidade de idas ao campo, impossibilitando, dessa forma, a aplicação do número previsto de questionários. A intenção inicial era a aplicação de 80 questionários, dos quais só foi possível realizar 51;
- a pesquisa foi realizada como de corte transversal, o que não possibilita, desse modo, a generalização dos resultados. Isso sugere a realização de novos estudos com outras populações impactadas, com o intuito de comparar os resultados do impacto. De qualquer modo, buscou-se minimizar os efeitos da coleta transversal com a análise de diferentes grupos envolvidos no programa, procurando-se captar o maior número de percepções sobre o tema pesquisado;
- a limitação da amostra estudada, uma vez que a pesquisa não abrangeu as outras comunidades impactadas que também são beneficiadas com intervenções do projeto.

Devido à complexidade de interações envolvidas na análise de um projeto social, salienta-se a necessidade de complementação deste trabalho com futuros estudos e pesquisas voltados para o aprimoramento tanto do processo avaliativo quanto da efetividade de projetos. Recomendam-se em termos de investigações futuras, a respeito deste tema, estudos longitudinais que considerem todo o processo de avaliação desde a concepção do projeto até a análise do impacto, com vistas a se obter uma perspectiva sistêmica de todo o processo.

Por fim, espera-se que as análises pontuadas neste trabalho sejam úteis para o desenvolvimento da prática avaliativa de programas e projetos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Dora. **Os ilustres hóspedes verdes**. Salvador: Casa da Qualidade, 2001.
- AGUILAR, Maria José; ANDER-EGG Ezequiel. **Avaliação de serviços e programas sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- ANDRADE, José Célio Silveira. **Conflitos sócio-ambientais: análise da relação entre o complexo Costa do Sauípe e atores locais**. Revista de Administração Pública – RAP da Escola Brasileira de Administração Pública – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2. ed, 2003.
- ARAÚJO, Marízia Ferreira de. **Impacto de treinamento e desenvolvimento: uma análise integrada quantitativa e qualitativa** – Santa Catarina. 2005. 250 p. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC.
- ARDOINO, Jacques; LOURAU, René. **As pedagogias institucionais**. São Carlos: RIMA, 2003.
- BALDWUIN, Harriet; ROSS-LARSON, Bruce. **The developing world**. Washington: World Bank, 1991.
- BAHIA, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Centro de Recursos Ambientais (CRA). **Relatório de inspeção nº. 1317**. Salvador, 2000.
- BAHIA, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. Região Litoral Norte. Bahia, 2003. Disponível em <www.sei.ba.com.br> Acesso em 18.05.2005.
- BAHIA, Secretaria da Cultura e Turismo – SUINVEST - Superintendência de Desenvolvimento de Pólos Turísticos – PDITS . Região Litoral Norte. Bahia, 2003. Disponível em <www.sct.ba.gov.br> Acesso em 15.08.2005.
- BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 5. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.
- BENI, Mário Carlos. **Como certificar o turismo sustentável?** Revista espaço Acadêmico nº 37 julho, 2004. Disponível em <www.espacoacademico.com.br/037/37ebeni.htm>. Acessado em 26.05.2005.

BOAVENTURA, Beraldo. **Responsabilidade social num contexto estratégico de longo alcance**. Salvador, 2003.

BRASIL, **Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável - DLIS**. Disponível em <www.dlis.org.br>. Acesso em 14 de maio de 2004.

BRASIL, Instituto de Hospitalidade. **Programa de certificação em turismo sustentável – PCTS**. Disponível em <www.pcts.org.br>. Acesso em 25.05.2005.

BRASIL, EMBRATUR. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo** <<http://www.ambientebrasil.com.br>> acesso em 21.11.2005.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília: EMBRATUR, 1994.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2000.

CÂNDIDO Luciane Aparecida. **Turismo em áreas naturais protegidas**. Caxias do Sul: Educs, 2003.

CANO, Ignácio. **Introdução à avaliação de programas sociais**. 2. ed. Rio de Janeiro: 2004.

CARVALHO, Olgamir Francisco. **Educação e formação profissional: trabalho e tempo livre**. Brasília: Plano, 2003.

CASTRO, Antônio Maria Gomes de; LIMA, Suzana Maria Valle; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo. **Metodologia de planejamento estratégico das unidades do MCT**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2005.

CEBDS – **CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**. Disponível em <www.cebds.org.br/cebds> acesso em 11.12.2005.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CONTADOR, Cláudio R. **Projetos sociais: avaliação e prática**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

DAFT, Richard L. **Administração**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

DIAS, Genebaldo Freire. **Ecopercepção: um resumo didático dos desafios socioambientais**. São Paulo: Gaia, 2004.

DIEGUES, Antônio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. 4. ed. São Paulo: Annablume: Hucitec: NUPAUB, USP, 2002.

_____. **Povos e mares**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.

FARIA, Dóris Santos; CARNEIRO, Kátia Saraiva Carneiro. **Sustentabilidade ecológica no turismo**. Brasília: UnB, 2001.

FBB, Fundação Banco do Brasil. **Programa Berimbau de auto-sustentabilidade da Costa do Sauípe**. FBB, 2000.

FBB, Fundação Banco do Brasil. **Planejamento estratégico do Programa Berimbau**. FBB, 2001.

FBB, Fundação Banco do Brasil. **Relatório de avaliação do Programa Berimbau**. FBB, 2005.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. Brasília: Plano, 2003.

FREITAS, Henrique. et al. **O método da pesquisa survey**. Revista de Administração, São Paulo, n. 3, p. 105-112, julho/setembro, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GOMES, Patrício Melo. **(Eco)turismo: uma (re)leitura dos discursos**. 2000. 99 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB, Universidade de Brasília, Brasília.

GOMES, Antônio do Nascimento. **Sustentabilidade de empresas de base florestal: o papel dos projetos sociais na inclusão das comunidades locais**. 2005. 99 p. Tese (Doutorado em Ciência Florestal) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais.

GRAYSON, David; HODGES, Adrian. **Compromisso social e gestão empresarial**. São Paulo: Publifolha, 2002.

HAZIN, Ana Lucia; OLIVEIRA, Cleide Galiza de; MEDEIROS, Rejane Pinto de. **Cultura e turismo: interação ou dominação?** Fundação Joaquim Nabuco – Trabalhos para discussão - Outubro – 2001. Disponível em <www.fundaj.gov.br/tpd/121.html> Acesso em 12.04.2005.

HOLANDA, Nilson. **Planejamento e projetos: uma introdução às técnicas de planejamento e elaboração de projetos**. 14 ed. Fortaleza: Edição UFC, 2003.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades**. ed. 2. São Paulo: Peirópolis: Instituto Ethos, 2003.

_____. **Indicadores Ethos de responsabilidade social empresarial**. São Paulo, 2000. Disponível em <www.ethos.org.br>. Acesso em 11.01.2005.

KERLINGER, Fred Nichols. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual**. São Paulo: Pedagógica e Universitária Ltda, 1980.

LEITE, Elenice Monteiro; SOUZA, Francisco Heitor de Magalhães (Org.). **Centros públicos de educação profissional: teorias, propostas, debates e práticas**. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

LEMOS, Amália Inês. (Org.). **Turismo: impactos socioambientais**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

LOPO NETO, Antônio Amarílio dos Santos. **A responsabilidade socioambiental da indústria do turismo: empreendimento Costa do Sauípe**. 2003. 104 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB, Universidade de Brasília, Brasília.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. L. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 6. reimp. São Paulo: EPU, 1986.

MATTEDI, Maria Raquel Mattoso. **Sociedade e meio ambiente no litoral norte da Bahia: transição para a (in)sustentabilidade – Bahia**. 2002. 128 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional Urbano) – Universidade de Salvador, Salvador – BA.

McINTOSH, Malcolm et al. **Cidadania Corporativa: estratégias bem-sucedidas para empresas responsáveis**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

MEDEIROS, João Bosco; ANDRADE, Maria Margarida. **Manual de elaboração de referências bibliográficas**. São Paulo: NUPAUB: LASTROP, 2001.

MELO NETO, Francisco Paulo de; FRÓES, César. **Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

MENDES, Benedito Vasconcelos. **Biodiversidade e desenvolvimento sustentável do semi-**

árido. Fortaleza: SEMACE, 1997.

NOVAES, Washington (coord.) et al. **Agenda 21 brasileira** - Bases para discussão. Brasília: MMA/PNUD, 2000.

MOLINA, Sérgio E. **Turismo e ecologia.** Bauru – SP: EDUSC, 2001.

NOLL. H. H. **Social indicators and quality of life research:** background, achievements and current trends. In Genov, Nicolai ed. (2002) Advances in sociological knowledge over half a century. Paris: Internacional Social Science Council, 2002.

OLIVEIRA, Antônio Carlos Souza; SILVA, Jairo Daniel; LIMA, Telma Maria Rangel. **Desenvolvimento turístico sustentável na região do entorno da Costa do Sauípe:** programa berimbau. Bahia. 2005, 90p. (monografia) Universidade da Bahia. Salvador – BA.

PASQUALI, L. (Org.). **Teoria e métodos de medida em ciências do comportamento.** Brasília: UnB-INEP, 1996.

PIRES, P. S. **Ecoturismo no Brasil:** uma abordagem histórica conceitual. 1998. 218 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

REIS, Liliane G. da Costa. **Avaliação de projetos como instrumento de gestão.** Disponível em: <http://www.rits.org.br/gestao_teste/ge_testes/ge_tmessant_nov99.cfm>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2005.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, Maria Isabel Baltar (Org.). **Trabalho e gênero:** mudanças, permanências e desafios. São Paulo: 34 2000.

ROCHE, Chris. **Avaliação de impacto dos trabalhos de ONGs: aprendendo a valorizar mudanças.** 2. ed. São Paulo: Cortez: ABONG: Oxford, Inglaterra: Oxfam, 2002.

RODRIGUES, Marley de Almeida Tavares. **O conceito de stakeholder na teoria e na prática de comunicação em relações públicas.** 2005. 126 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social)- Faculdade de Comunicação Social – Pontífica Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

ROSSI, Peter H; FREEMAN, Howard E. **Evaluation: a systematic approach.** 4. ed. Newbury Park, Califórnia: SAGE, 1989.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. **Inclusão social pelo trabalho:** desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte no Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

_____. **Desenvolvimento includente, sustentável e sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SCHLÜTER, Regina G. **Metodologia da pesquisa em turismo e hotelaria.** Tradução de Tereza Jardim. São Paulo: Aleph, 2003.

SERRA NEGRA, Carlos Alberto; SERRA NEGRA, Elizabete Marinho. **Manual de trabalhos monográficos de graduação, especialização, mestrado e doutorado.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SILVA, Rosemar Brito. **Complexo turístico Costa do Sauípe: transformações socioambientais em Porto de Sauípe – Bahia.** 2003. 113 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB, universidade de Brasília, Brasília – DF.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. (Org). **Gestão social: metodologia e casos.** 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

TREVISAN, Leonardo. **Educação e trabalho:** as receitas inglesas na era da instabilidade. São Paulo: SENAC, 2001.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; CARVALHO, Cristina Amélia (Org.). **Organizações, instituições e poder no Brasil.** Rio de Janeiro: FGV, 2003.

WTTC, WTO & Earth Council. **Agenda 21 for the travel & tourism industry: towards environmentally sustainable development.** 1995.

YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza; (Orgs). **Turismo:** espaço, paisagem e cultura. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

YIN, Roberto. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZANELLI, José Carlos. **Pesquisa qualitativa em estudos de gestão de pessoas.** Estudos de Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, nº. 7, 2002. Edição especial.

ANEXOS

ANEXO 1

ROTEIRO PROPOSTO PARA AS ENTREVISTAS

1. DADOS DEMOGRÁFICOS

NOME : _____

IDADE: _____	Sexo: M <input type="checkbox"/>	F <input type="checkbox"/>
--------------	----------------------------------	----------------------------

ESCOLARIDADE:	ANALFABETO <input type="checkbox"/>	1º GRAU INCOMPLETO <input type="checkbox"/>	COMPLETO <input type="checkbox"/>
		2º GRAU INCOMPLETO <input type="checkbox"/>	COMPLETO <input type="checkbox"/>
		3º GRAU INCOMPLETO <input type="checkbox"/>	COMPLETO <input type="checkbox"/>

2. PERGUNTAS REFERENTES AO COMPLEXO TURÍSTICO DA COSTA DO SAUÍPE

2.1. Quais são as mudanças que podem ser observadas na comunidade de Porto do Sauípe depois da instalação do Complexo Turístico de Sauípe?

2.2. Fale um pouco com essas mudanças afetaram a comunidade de Porto do Sauípe?

3. OBJETIVOS DA DISSERTAÇÃO

3.1 A comunidade de Porto de Sauípe participou do processo de implantação dos projetos do Programa Berimbau. Como se deu essa participação?

3.2 Alguma proposta/sugestão feita pela comunidade foi aceita pelo Programa?

3.3. Mudou alguma coisa na comunidade depois da implantação dos Projetos do Berimbau? O quê?

3.4 Você observa algum ponto negativo depois da implantação dos projetos do Berimbau?

3.5 O que você mudaria no Programa?

3.6 Você observa algum ponto positivo depois da implantação dos projetos do Berimbau?

- 3.7 Você participa de algum projeto do Programa Berimbau? Se sim, como você começou a trabalhar com essa atividade?
- 3.8 Você participou de algum treinamento oferecido pelo Programa? Se sim. O que aprendeu?
- 3.9 Você está ganhando mais dinheiro depois que começou a participar do Programa Berimbau?
- 3.10 Você acha que depois que começou a participar do Programa Berimbau sua vida melhorou?
- 3.11 Você observa alguma melhora na qualidade de vida sua família depois que o Programa Berimbau foi implantado?
- 3.12 Existe alguma ação do Programa Berimbau que preserve a natureza (matas, rios, praia). Se sim, qual?
- 3.13 Existe alguma ação do Programa Berimbau que ajude a comunidade Porto do Sauípe a resgatar seus costumes/tradições? Se sim, qual?
- 3.14 O Programa Berimbau estimula a comunidade a formar associações ou cooperativas?

ANEXO 2

QUESTIONÁRIO PARA AVALIAÇÃO DE IMPACTO DOS PROJETOS DO PROGRAMA BERIMBAU EM PORTO DO SAUÍPE

A finalidade deste questionário é coletar dados sobre os impactos dos projetos do Programa Social Berimbau de Auto-Sustentabilidade da Costa do Sauípe na comunidade de Porto de Sauípe.

Essas informações irão subsidiar a elaboração da dissertação de mestrado que tem como objetivo avaliar o impacto dos projetos do Programa Berimbau implantados na comunidade de Porto de Sauípe. As informações serão tratadas de forma agrupada, o que garantirá a confidencialidade das respostas.

Bloco 1 – IDENTIFICAÇÃO DO RESPONDENTE

NOME : _____

IDADE: _____

Sexo: M F

ESCOLARIDADE

ANALFABETO 1º GRAU INCOMPLETO COMPLETO
 2º GRAU INCOMPLETO COMPLETO
 3º GRAU INCOMPLETO COMPLETO

PROJETOS

USINA DE RECICLAGEM ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES

BB-EDUCAR

CURSO PROFISSIONALIZANTE/CORTE E COSTURA

INCLUSÃO DIGITAL – TELECENTRO

ESCOLA MENINOS PORTO

RODAS DE SAMBA

ESCOLINHA DE CAPOEIRA

Número de pessoas que moram na sua casa (contando com o Sr./Sra.) _____

Bloco 2 – TRABALHO E RENDA

Quem é/são o(s) responsável(is) pelo sustento de sua família?

SR/SRA SOZINHO

SR/SRA EM CONJUNTO COM _____

PAI MÃE ESPOSO ESPOSA FILHOS IRMÃOS OUTROS

1. Os moradores de sua casa têm rendimentos de:

- Trabalho (salário, negócio próprio, “bicos”).
- Benefícios do governo (bolsa família, escola, vale gás, etc).
- Aposentadoria, pensão.
- Rendimento de algum projeto do Berimbau
- Outros rendimentos (aluguel, poupança, etc).

2. Sr/Sra participa de alguma atividade produtiva ou de prestação de serviços desenvolvida/apoiada pelo Programa Berimbau, onde você recebe alguma renda?

SIM QUAL _____

NÃO →

Pular para questão 4

3. DEPOIS que Sr/Sra começou a participar do Projeto observou alguma melhoria no seu salário

- Diminuiu Aumentou muito Continua a mesma
- Aumentou um pouco Não sei/não observei

4. DEPOIS que Sr/Sra começou a participar do Projeto observou alguma melhoria nas atividades de seu trabalho

- piorou Não houve melhoria Melhorou um pouco
- Melhorou muito Não sei/não observei

Bloco 3 – EMPREGABILIDADE E CAPACITAÇÃO

5. O Sr./Sra. Já participou de alguma capacitação oferecida pelo Programa Berimbau (cursos, oficinas, palestras, etc.) Ihe ajudou a arrumar algum emprego/trabalho

Não → **Pular para questão 7**

Sim

6. O Sr./Sra acha que essa capacitação, oferecida pelo Programa Berimbau, lhe ajudou ou vai lhe ajudar a conseguir algum emprego em Porto do Sauípe ou no Complexo Turístico

- Não ajudou Continua como era antes ajudou pouco
 ajudou muito Não observei/não sei

Bloco 4 – QUALIDADE DE VIDA (alimentação, saúde e lazer).

- 7. O Sr./Sra observou alguma mudança na qualidade de sua alimentação DEPOIS que começou a participar do Programa Berimbau**

- Piorou Não houve mudança melhorou pouco
 Melhorou muito não sei/não observei

- 8. O Sr./Sra observou alguma mudança no acesso aos serviços de saúde, DEPOIS que começou a participar do Programa Berimbau:**

- Piorou Não houve mudança melhorou pouco
 Melhorou muito não sei/não observei

- 9. Em relação ao seu lazer (descanso, recreação, prática de esportes, passeios etc), o Sr./Sra observa alguma mudança DEPOIS que começou a participar do Programa Berimbau.**

- Piorou Não houve mudança melhorou pouco
 Melhorou muito não sei/não observei

Bloco 5 – ASPECTOS CULTURAIS

- 10. A “Roda de Samba”, dança típica da região, é uma das ações culturais promovidas pela Associação dos Moradores de Porto do Sauípe. Em relação a essa iniciativa, você observa, entre os jovens da comunidade, interesse em continuar com essa tradição:**

- Nenhum interesse muito interesse
 Pouco interesse Não sei/não observei

- 11. A Escolinha de Capoeira, realizada pela Associação dos Moradores de Porto de Sauípe, ensina a dança para os adolescentes de comunidade, o Sr./Sra acha que essa iniciativa contribui para preservação da cultura local:**

Não contribui Contribui muito Contribui um pouco Nunca observei/não sei

12. A inauguração da sede da Associação de Artesãos de Porto de Sauípe contribuiu para a melhoria da qualidade do artesanato produzido em Porto de Sauípe:

 Não houve melhora na qualidade sim, melhorou muito Sim, melhorou um pouco não sei/não observei

13. O Programa Berimbau em Porto do Sauípe desenvolve atualmente três projetos e várias ações, podemos citar: Associação de Moradores de Porto de Sauípe (Escola Meninos do Porto; BB-Educar, telecentro, Escola de Capoeira, Roda de samba); Associação dos Artesãos e Usina de Reciclagem de Lixo. Você acha que esses projetos/ações estão contribuindo para melhorar a vida na comunidade de Porto de Sauípe:

 Nenhuma contribuição Muita contribuição Pequena contribuição Não observei/não sei